

TÓPICOS ESPECIAIS EM RELIGIÃO I

AUTORA

Marta Rosa Borin



LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

TÓPICOS ESPECIAIS EM RELIGIÃO I

AUTORA

Marta Rosa Borin

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Santa Maria | RS
2019

©Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE.
Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da
Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Weintraub

PRESIDENTE DA CAPES

Anderson Ribeiro Correa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

REITOR

Paulo Afonso Burmann

VICE-REITOR

Paulo Bayard Dias Gonçalves

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Frank Leonardo Casado

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Martha Bohrer Adaime

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO ACADÊMICO E DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Jerônimo Siqueira Tybusch

COORDENADOR DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA RELIGÃO

Noeli Dutra Rossatto

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

COORDENADOR UAB

Reisoli Bender Filho

COORDENADOR ADJUNTO UAB

Paulo Roberto Colusso

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO

Marta Rosa Borin

REVISÃO LINGUÍSTICA

Camila Marchesan Cargnelutti

Maurício Sena

APOIO PEDAGÓGICO

Eloísa Brenner

Keila Urrutia

EQUIPE DE DESIGN

Carlo Pozzobon de Moraes

Juliana Facco Segalla – Diagramação

Matheus Tanuri Pascotini – Capa/Ilustração

Raquel Pivetta

PROJETO GRÁFICO

Ana Letícia Oliveira do Amaral



B734t Borin, Marta Rosa

Tópicos especiais em religião I [recurso eletrônico] / Marta Rosa Borin. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2019.

1 e-book

Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB

Acima do título: Licenciatura em ciências da religião

ISBN 978-85-8341-251-9

1. Religião e história 2. Religião e política I. Universidade Aberta Brasil II. Universidade Federal de Santa Maria. Núcleo de Tecnologia Educacional III. Título.

CDU 2:32
2(09)

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PROGRAD



APRESENTAÇÃO

Com este material didático, apresentamos os conceitos operacionais e normativos do campo religioso do mundo ocidental e alguns elementos para a compreensão da história das religiões ocidentais. Também buscamos analisar a relação entre religião e política. Esperamos, com isso, auxiliar a educação do olhar para questões relacionadas à construção das identidades do campo religioso.

Na primeira Unidade, Religião e História, no primeiro item, História laica, história cultural e história religiosa, elencamos algumas questões relativas ao significado de laicismo e história, entendendo o campo das crenças como um conjunto complexo que inclui o conhecimento, a arte, a moral, os ritos, os símbolos, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelos membros do grupo social a que pertence. No item seguinte, História das religiões no Brasil, visamos estudar diferentes denominações religiosas e seu contexto histórico no Brasil.

Na segunda Unidade, Religião e Política, visamos – no item A construção do campo religioso e a política – auxiliar a compreensão do como e de que forma o campo religioso pode ser algo pensado e construído por diferentes agentes sociais, os quais agem de acordo com os interesses de campo.

No item Religiões, política e educação, buscamos destacar como podemos perceber a articulação entre religião e política, e entre religião e educação. As Atividades, no final das seções, visam à reflexão dos temas propostos e também a um aprendizado mais prazeroso.

ENTENDA OS ÍCONES



ATENÇÃO: faz uma chamada ao leitor sobre um assunto, abordado no texto, que merece destaque pela relevância.



INTERATIVIDADE: aponta recursos disponíveis na internet (sites, vídeos, jogos, artigos, objetos de aprendizagem) que auxiliam na compreensão do conteúdo da disciplina.



SAIBA MAIS: traz sugestões de conhecimentos relacionados ao tema abordado, facilitando a aprendizagem do aluno.



TERMO DO GLOSSÁRIO: indica definição mais detalhada de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.

SUMÁRIO

▷ APRESENTAÇÃO ·5

▷ UNIDADE 1 – RELIGIÃO E HISTÓRIA ·8

Introdução ·10

1.1 História laica, história cultural e história religiosa ·12

1.2 História das religiões no Brasil ·16

▷ UNIDADE 2 – RELIGIÃO E POLÍTICA ·27

Introdução ·37

2.1 A construção do campo religioso/político ·38

2.2 Religião, política e educação ·40

▷ CONCLUSÃO ·55

▷ REFERÊNCIAS ·57

▷ ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO ·65

1

RELIGIÃO E HISTÓRIA

INTRODUÇÃO

Nesta Unidade vamos refletir sobre a complexidade do campo religioso, bem como entender a realidade do trânsito religioso, ou seja, a dupla (ou tripla) pertença religiosa, pois os últimos censos realizados no Brasil revelam claramente o declínio de praticantes católicos.

O campo religioso inclui mitos, ritos, símbolos, a arte de pensar, um corpo de especialistas solidamente organizados e reconhecidos como detentores exclusivos da competência necessária à produção e reprodução dos conhecimentos secretos (BOURDIEU, 1998).

Segundo Bloch (2001, p. 36), “os gregos e os latinos eram povos historiógrafos e o cristianismo é uma religião de historiadores”. A interação entre Religião e História é antiga, sendo visível a interferência dos seus valores e crenças greco-romanas e dos seus princípios judaico-cristãos na constituição político-social.

Outros sistemas religiosos fundaram suas crenças e seus ritos sobre uma mitologia praticamente exterior ao tempo humano; como Livros sagrados, os cristãos têm livros de história, e suas liturgias comemoram, com os episódios da vida terrestre de um Deus, os faustos da Igreja e dos santos. Histórico, o cristianismo o é ainda de outra maneira, talvez mais profunda: colocado entre a Queda e o Juízo, o destino da humanidade afigura-se, a seus olhos, uma longa aventura, da qual cada vida individual, cada “peregrinação” particular, apresenta, por sua vez, o reflexo; é nessa meditação cristã, o grande drama do Pecado e da Redenção. Nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados dos ecos do passado, nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas. [...] O cristianismo é, por essência, uma religião histórica: vejam bem, cujos dogmas primordiais se baseiam em acontecimentos. Releiam seu Credo: “Creio em Jesus Cristo... que foi crucificado sob Pôncio Pilatos ... e ressuscitou dentre os mortos no 3º dia. Também nesse caso os primórdios da fé são seus fundamentos (BLOCH, 2001, p. 36).

Assim, historicamente, o Império Romano foi marcado pelo sincretismo entre deuses romanos e gregos, bem como de culturas orientais. O cristianismo nasce dentro desse contexto, o qual também era marcado por heresias que contestavam o Deus único cristão contra os deuses do paganismo. Na Idade Média, o confronto entre cristianismo e islamismo e entre cristianismo e judaísmo resultou em tensões e conflitos.

A partir do século XVI, na Idade Moderna, inicia o movimento reformista com as tensões surgidas entre clérigos e leigos protestantes, fundado por Martinho Lutero e João Calvino. Segundo Karnal:

Ao mesmo tempo em que a América tem um projeto de Igreja-Estado forte, existe um projeto de cristianização dos indígenas como projeto separado dos cristãos peninsulares. [...] No mesmo momento em que Technotitlán caiu sob o domínio espanhol (1521), Carlos V está em guerra com os príncipes protestantes. Estes, por sua vez, enfrentam um movimento de contestação, advindo da livre interpretação da Bíblia – o movimento anabatista, liderado pelo padre Thomas Münzer, que contestava a propriedade privada da terra com base na Bíblia. Quando a Reforma se radicaliza, Lutero apoia os príncipes, pois a sua reforma estava alinhada à elite alemã (KARNAL, 2010 apud SILVA, BELLOTTI, CAMPOS, 2011, p. 20-21).

Nesta época, a expansão marítima europeia, iniciada no final do século XV, marcou o contato com a cultura e com as religiões de outros povos, objeto de curiosidade e comparação.

Neste sentido, no primeiro item, *História laica, história cultural e história religiosa*, destacamos o significado destas categorias ao longo da história. No item seguinte, *História das religiões no Brasil*, elencamos algumas denominações religiosas e seu contexto histórico buscando enfatizar a separação entre Igreja e Estado, a fim de destacar o significado do Estado laico.

As *Atividades*, no final das seções, visam à reflexão dos temas propostos e também tornar prazeroso o aprendizado. Assim, elencamos algumas questões para serem respondidas, as quais estão relacionadas ao significado de laicismo e história.

1.1

HISTÓRIA LAICA, HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA RELIGIOSA

A História das Religiões surge a partir das propostas de novas abordagens de pesquisa da história, que ficou conhecida como história das mentalidades, com o historiador Marc Bloch. Com isto, foi possível compreender a multiplicidade dos fenômenos religiosos, incluindo-se neste rol novos objetos de pesquisa que mudaram o modo de encarar as crenças.

A História das Religiões analisa as diferentes experiências religiosas, utilizando-se do auxílio de outras ciências, como a sociologia e a antropologia. Portanto, a religião passou a ser explicada também pela organização social, pelos sistemas simbólicos, destituída de privilégio da verdade ante outros produtos culturais. A história das condutas, das práticas, dos rituais, as feitiçarias que remetem a uma realidade oculta, subjacente à história do simbólico, também passou a ser objeto de pesquisa da história das religiões.

A História laica busca separar a influência da religião na organização política, econômica e social nas sociedades contemporâneas. A laicidade é um atributo daquilo que não possui caráter ou vinculação religiosa, por exemplo, tem-se escolas laicas e escolas confessionais. A laicização é uma realidade humana que se descobre a partir do problema do conhecimento nas sociedades modernas, nas quais se constata não somente o desencantamento do mundo, mas também a **desmitologização** ou, mais amplamente, a **desdogmatização** do saber.

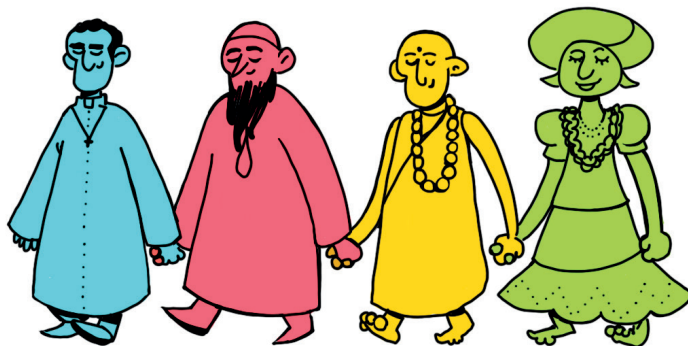


TERMO DO GLOSSÁRIO:

Desmitologização: O processo de desmitologização não significa negar a mitologia, e sim interpretá-la existencialmente, em função da compreensão que o homem tem de sua própria existência. Fazer essa interpretação existencialista dos mitos.

Desdogmatização: quando cientistas questionam suas práticas, suas relações consigo, com seus instrumentos, com a comunidade científica e com a sociedade; questionam a aplicação em massa da ciência ao mundo e também o status da ciência como método privilegiado de compreensão. Esses questionamentos fazem parte do "movimento de desdogmatização da ciência", ou seja, "tornar claro que os cientistas em geral e os cientistas sociais em particular são seres humanos; que são tão seres humanos os cientistas reflexivos quanto aqueles sobre os quais eles refletem" (Boaventura de Souza Santos) Concepção de ciência pós-moderna que torna a reflexividade algo comum, não só nas ciências sociais mas também nas ciências naturais.

Figura 1- Representação da Liberdade religiosa



Fonte: NTE/UFSM

A **história cultural** é uma nova abordagem ou um novo olhar que se apoia sobre as análises já realizadas e, por sua vez, avança dentro de um determinado enfoque, que soma ao conhecimento acumulado, sem voltar as costas a uma matriz teórica, fruto de uma reflexão cumulativa. Em seu livro, *O que é História Cultural?*, Peter Burke (2005) descreve a evolução do conceito de história cultural, abrangendo desde os seus pilares basilares, nos quais a própria terminologia estava longe de ser aplicada, passando pelo auge da disciplina com a chamada “Nova História Cultural” (NHC). Os primeiros estudos sobre a história da cultura humana remontam ao final do século XVIII, por volta de 1780. A sociologia alemã, mais expressivamente com Max Weber, procurava buscar uma explicação cultural para as mudanças econômicas, como, por exemplo, em *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*, em que Weber conecta os ideários do movimento da reforma religiosa protestante com a ascensão das relações capitalistas de produção. Na década de 1960, começam as primeiras preocupações com a história da cultura popular, desencadeando a fase chamada de “História da cultura popular”.



SAIBA MAIS: O verbete História cultural foi adaptado de André Cabral Honor. *Burke e a História Cultural*. Revista eletrônica de história – UFPB, ano 1, n. 0, out. 2005.

Assim, a partir da década de 1980, a História Cultural é um recurso para explicar os fenômenos sócioeconômicos através de novos campos do conhecimento, novos temas, como a cultura, a vida privada, a história de gênero, história da sexualidade, história da habitação, história da saúde, história das religiões e religiosidades (festas religiosas, procissões e cerimônias), história do lazer (como, por exemplo, do futebol), história da alimentação, história dos costumes, história das emoções, história das lembranças. A história cultural preocupa-se com o popular. Nesse contexto, destacamos teóricos que ao trabalhar a partir da história cultural dedicam-se ao campo das crenças (VAINFAS, 1997).

- **Mikhail Bakhtin**, recupera a originalidade da cultura popular da Idade Média francesa, percebendo um conflito de classes no plano cultural, quando institui o termo “**carnavalização**” para se referir à cultura austera das elites.



SAIBA MAIS: Mikhail Bakhtin, nasceu em 1895, em Orel (Rússia), foi um pensador e filósofo, além de teórico de artes e cultura. Considerado um dos maiores estudiosos da linguagem humana, suas obras sobre diversos temas influenciaram uma infinidade de pensadores de diversas áreas como: crítica da religião, estruturalismo, semiótica e marxismo. Criou o conceito de polifonia referente a obras literárias, que era parte de uma teoria inovadora sobre o romance europeu; a teoria do humor popular e da cultura universal. As principais obras de Mikhail Bakhtin são: “Freudismo”, “Marxismo e Filosofia da Linguagem”, “Cultura Popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais”, “Estética da Criação Verbal”, “Problemas da poética de Dostoiévski” e “Questões de Literatura e de Estética”



TERMO DO GLOSSÁRIO:

Carnavalização: a teoria da carnavalização engendra categorias fundamentais para sua composição, como o riso e a máscara. Para Mikhail Bakhtin o carnaval constituía um conjunto de manifestações da cultura popular medieval e do Renascimento e um princípio, organizado e coerente, de compreensão de mundo que, quando transportado para obras literárias, chama-se carnavalização da literatura. Autores alemães defenderem a tese de que a origem do termo carnaval, teria a sua etimologia de Karne ou Karth, ou lugar santo (isto é, a comunidade pagã, os deuses e seus servidores) e de val (ou wal) ou morto, assassinado. Carnaval significaria, portanto, procissão dos deuses mortos. Ou seja, a ideia de carnaval, em sua busca etimológica, é compreendida como a procissão dos deuses destronados.

- Carlo Ginzburg é considerado pioneiro nos estudos sobre feitiçaria, com o livro *Andarilhos do bem*, tema caro à história cultural. Já na obra *O queijo e os vermes*, adotou o conceito de cultura popular como um conjunto de crenças, códigos de comportamentos das classes subalternas.

- **Pierre Bourdieu** contribuiu para a História Cultural com conceitos fundamentais, como: **campo** – refere-se a um domínio autônomo que, em dado momento, atinge a independência em uma determinada cultura e produz suas próprias convenções culturais (BURKE, 2005)



SAIBA MAIS: Pierre Bourdieu, de origem francesa, filósofo de formação, foi docente na École de Sociologie du Collège de France. Desenvolveu diversos trabalhos abordando a questão da dominação nos campos da antropologia e sociologia, discutindo em sua obra temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística, religião e política.



TERMO DO GLOSSÁRIO:

Campo é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de um capital específico, valorizado de acordo com as características de cada campo. Os campos são formados por agentes, que podem ser indivíduos ou instituições, os quais criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem (BOURDIEU, 2004).

A **História religiosa** também é chamada de *História Eclesiástica ou Institucional*. O caráter confessional da escrita da História Religiosa se fez presente até o século XX, quando a ciência passaria a explicar a religião em termos crítico-rationais, sem fé nem apologia, concebendo-a apenas como representação, ou como produto cultural, despido do privilégio da verdade absoluta, como sempre reivindicavam os discursos religiosos confessionais. O domínio religioso como campo investigativo da história torna-se incrivelmente amplo, desde que não se fale em sociedade uníssona e globalmente religiosa, homogênea em suas representações, pois, no que diz respeito à religião e à amplitude de seu conceito, existem muitos objetos de estudo, que podem se estender, dos mitos tradicionais, até os socialismos do século XIX considerados como messianismos ou religiões profanas. Ou seja, o que hoje torna possível a realização de uma História Religiosa, ou uma Sociologia Religiosa, é uma sociedade que não pensa mais em si mesma de forma universal e tampouco homogeneamente religiosa, uma sociedade de singularidades e distanciamentos (PRADO, SILVA JÚNIOR, 2014).

1.2

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES NO BRASIL

Para estudarmos a História das religiões no Brasil, precisamos delimitar o tempo histórico e identificar quais as denominações religiosas estaremos nos referindo, devido à pluralidade do campo religioso brasileiro. Assim, iniciaremos estudando alguns aspectos históricos do Catolicismo, uma vez que foi a religião herdada da dominação portuguesa. Em seguida, estudaremos o protestantismo, presente no Brasil desde o período colonial com a chegada dos holandeses. Mas o segmento protestante terá maior expressão no Brasil a partir da Constituição Republicana de 1891, que separa a Igreja do Estado. As religiões de matriz africana no Brasil também têm muita expressão na sociedade brasileira, mas ainda é preciso mais investimento na pesquisa, sobretudo porque muito do que se sabe faz parte da tradição oral, ou seja, transmitida de uma geração a outra com poucos registros escritos.

1.2.1 Catolicismo

O Concílio de Trento foi convocado pelo Papa Paulo III, na cidade de Trento, atual Itália, no Tirol, a fim de renovar a vida espiritual da Igreja e reprimir os abusos do clero. As determinações deste Concílio orientaram a Igreja Católica até meados do século XX. O Concílio durou de 1545 a 1563, quando os teólogos discutiram as doutrinas católicas à luz das críticas dos protestantes, daí o nome de Contra-Reforma. O Concílio de Trento condenou a doutrina protestante da justificação pela fé, pois, segundo Lutero, o homem se salva somente pela fé, pois ele não relacionava a salvação com “boas obras”, ou seja, seria inútil o homem fazer “boas obras” para ser salvo como prega o catolicismo, atribuindo a elas indulgências. O Concílio proibiu a intervenção dos príncipes nos negócios eclesiásticos e a acumulação de benefícios, definiu o pecado original e declarou como texto bíblico autêntico a tradução dos Livros Sagrados feitos para o latim por São Jerônimo, no século V, denominada Vulgata. O Concílio manteve os sete sacramentos (batismo, Eucaristia, penitência, confirmação da ordem sacerdotal, matrimônio e extrema-unção), o celibato clerical, a indissolubilidade do matrimônio, o culto dos santos e das relíquias, a doutrina do purgatório e as indulgências, sendo considerado criminoso o lucro proveniente da venda destas; recomendou a criação de escolas para a preparação dos que quisessem ingressar no clero, denominadas Seminários Diocesanos; instituiu o Catecismo da Doutrina Cristã e organizou uma relação de livros proibidos aos católicos, o Index, além de estabelecer a supremacia dos Papas (CHECHINATO, 1996). Veja, na figura 2, a representação da reunião dos religiosos reformadores.

Figura 2- Reunião dos religiosos protestantes reformadores



Fonte: Servorum Dei. Disponível em: <[https:// http://illumservorumdei.blogspot.com/2017/10/](https://http://illumservorumdei.blogspot.com/2017/10/)>.

Azzi (1977) aponta para a existência de dois tipos de catolicismo que influenciaram a formação religiosa brasileira: o catolicismo tradicional e o catolicismo renovado. O catolicismo tradicional é o luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar; e o catolicismo renovado é o romano, clerical, tridentino, individual, sacramentalista. Segundo o mesmo autor, esses dois tipos de catolicismo coexistiram pacificamente em algumas fases históricas e em outras chegaram até mesmo a ser conflitivos. Todavia, no período colonial brasileiro, como os bispos não tinham um papel marcante, predominou no Brasil o catolicismo tradicional, “marcado por Irmandades e Ordens Terceiras, Procissões e Romarias, Promessas e Ex-votos” (AZZI, 1977, p. 9-13). Isso quer dizer, os leigos tomavam a iniciativa de promover as devoções e as festas religiosas, e o clero administrava os sacramentos e celebrava as missas. Já no período imperial, houve confronto entre os dois tipos de catolicismo, pois o “governo imperial, fundamentado no padroado, sustentava o catolicismo tradicional, enquanto o episcopado brasileiro, com o apoio da Santa Sé, defendia o catolicismo renovado” (AZZI, 1977, p. 9-13). No período republicano, predominou “o catolicismo renovado, de inspiração romana, clerical e sacramentalista”, quando “o catolicismo popular passa a ocupar uma posição secundária” e o clero assume o controle dos cultos e das festas religiosas, cuidando também da construção e manutenção das Igrejas, ou seja, o clero se apropria do sagrado.

Assim, a preocupação do episcopado, a partir do século XIX, segundo Azzi (1977, p. 11-19), “é separar o sagrado do profano, o religioso do festivo, o espiritual do social”, para eliminar as superstições e a ignorância religiosa que têm raízes no catolicismo luso-brasileiro. Devido à dificuldade de divisar o limite do sagrado e do profano, os bispos do Brasil, a partir do século XIX, tentaram definitivamente assumir os lugares de culto erigidos anteriormente pela devoção dos leigos, como, por exemplo, as capelas e ermidas. Assumiram, também, o controle das

procissões e romarias de caráter religioso com a finalidade de evitar abusos dos ritos profanos que caracterizavam irreverência religiosa.

Nesse sentido, o episcopado brasileiro, através das congregações religiosas vindas da Europa para o Brasil, principalmente a partir do século XIX, implementou, na sociedade brasileira, um catolicismo reformado orientado pela Cúria Romana. Esses novos institutos religiosos vão trazer novas devoções, sobretudo com a considerável leva de imigrantes alemães e italianos, a partir de meados do século XIX.

Essa iniciativa da Igreja pode ser justificada se considerarmos que o catolicismo do Brasil, até o século XIX, foi tido como um tanto frouxo, relaxado – talvez fosse melhor usarmos o sentido do termo “desleixo”, empregado, por exemplo, por Carvalho (1990) quando se refere à despreocupação dos portugueses com relação às cidades que eles construíram na América. O sentido desse termo é de abandono, tanto por parte do clero como por parte dos fiéis, o que nos ajuda a entender porque os bispos reformadores, a partir do período do Segundo Reinado (1840-1889), empenharam-se no processo de implementação da Restauração Católica no Brasil.

A Restauração Católica significava a volta ao catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta do romano pontífice. Opõe-se a qualquer forma de tutela do Estado. Coincide inicialmente com o Pontificado de Pio XI, quando a Igreja e o Estado italiano voltam a se entender, culmina com a assinatura do [Tratado de São João de Latrão](#), assinado entre Benito Mussolini e o cardeal Pietro Gasparri, em 1929, ratificando a situação criada em 1870 (figura 3). O acordo criou um novo Estado, o Vaticano, que é o menor em extensão territorial do mundo, dotado de apenas um quilometro quadrado. Porém, é soberano, neutro e inviolável, governado pelo papa. Para aceitar o reconhecimento do novo Estado, a Igreja Católica abriu mão dos territórios que possuía desde a Idade Média e reconheceu Roma como a legítima capital da Itália.



SAIBA MAIS: Tratado de Latrão: acordo assinado entre a Itália e a Santa Sé em 1929. Este termo de entendimento colocou fim à chamada “Questão Romana”, que tratava de questões territoriais envolvendo a Santa Sé e o governo da Itália. Com a assinatura deste tratado, houve o reconhecimento da soberania do Vaticano, um acordo sobre a posição estratégica da Igreja Católica no Estado Italiano e um acordo financeiro a respeito das perdas territoriais sofridas pela Santa Sé. Durante muitos anos, a Igreja Católica foi uma importante base de poder político e religioso na Europa, sendo a religião mais influente da Idade Média. Com isso, os católicos receberam grandes extensões territoriais de reis como Pepino, o Breve. Um dos principais territórios ficava localizado na região central da Itália, dando origem aos chamados Estados Pontifícios, que existiram até o ano de 1870. No entanto, essas terras foram incorporadas ao território da Itália pelas tropas do rei Vitor Emanuel II, gerando conflitos entre a monarquia

e o Papa Pio IX. O rei chegou a oferecer uma indenização à igreja, mas o Papa não concordou, criando um problema diplomático que ficou conhecido como Questão Romana. Houve, em seguida, uma disputa territorial entre o papado e o governo da Itália. Esse conflito de interesses durou décadas. Depois que a Itália se tornou uma república e que o Benito Mussolini assumiu o poder, ocorreu uma tentativa de diálogo entre a igreja e o governo. Com isso, ambos chegaram a um acordo, o Tratado de Latrão, o qual foi assinado em 1929 por Mussolini e o cardeal Pietro Gasparri o que deu origem ao Vaticano, um território soberano, governado pelo Papa, neutro nas decisões políticas mundiais e inviolável. Por meio do acordo assinado, a igreja católica abriu mão de seus antigos territórios da Idade Média e passou a reconhecer Roma como a capital da Itália. O Tratado de Latrão concedeu autonomia ao Vaticano e poder político ao Papa, que se tornou também chefe de Estado. A igreja também recebeu uma indenização por conta dos prejuízos que sofreu com a perda de territórios. Além disso, a religião católica passou a ser reconhecida como a fé oficial da Itália, condição que perdurou até o ano de 1978, quando a Itália se tornou um Estado Laico. Em 1984, houve uma revisão do Tratado de Latrão, pela qual o Vaticano se manteve soberano, mas foram abolidas das escolas italianas as aulas obrigatórias de religião.

Figura 3- O Cardeal Pietro Gasparri e Benito Mussolini assinam o Tratado de Latrão



Fonte: InfoEscola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/tratado-de-latrao/>>

Após o Tratado de Latrão, a Igreja Católica gozou do reconhecimento de religião oficial da Itália, o que resultou na instituição do ensino confessional obrigatório, na validade civil dos casamentos religiosos, na proibição do divórcio e outras vantagens dadas ao **clero**.



ATENÇÃO: A relação entre a Igreja e o Estado italiano foi abalada em 1978, quando a Itália se tornou um Estado laico, o que derrubou várias normas de cunho religioso.

O Papa passa então a preocupar-se com a influência da Igreja na sociedade moderna. É somente a partir da década de 1920 que realmente inicia uma etapa que pode ser designada como Restauração Católica ou neo-Cristandade brasileira, o que significava apenas uma evolução na concepção de Igreja. De acordo com Rambo, o projeto de Restauração Católica tornou-se evidente no Rio Grande do Sul em 1860, com a nomeação do Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira (RAMBO, 1998; AZZI, 1991).

Riolando Azzi (1994, p. 19) considera que a proclamação da República foi para a Igreja um duro golpe, pois, “de acordo com a concepção tridentina, duas sociedades perfeitas encarregavam-se de governar os súditos brasileiros: o Estado ou poder político, no que dizia respeito aos negócios temporais, e a Igreja ou poder eclesiástico nas questões espirituais”. Com a República, devido a sua orientação laica, “o governo excluía a hierarquia eclesiástica da participação no poder político da nação”.

Assim, a Igreja, pouco fortalecida, precisava aproximar-se mais do povo, pois nesse período a religiosidade popular, segundo Montenegro (1972, p. 136-148), “embora impotente na assimilação da ortodoxia católica, mantinha profundo respeito ao prelado, ao padre, e prendia-se a certas devoções”. No entanto, predominava a ignorância religiosa, as credences populares e as superstições.

Segundo Rambo (1998), foi nesse contexto que foi entendido o conceito do Ultramontanismo ou Ultramontanos (ultra-montes = além das montanhas), referindo-se aos teólogos, ao clero, aos religiosos e ao povo em geral, que combatia o galicismo dos católicos franceses que defendiam uma composição com o poder civil. O ultramontanismo significava a adesão à Santa Sé, a fidelidade à ortodoxia religiosa, a confiança na autoridade absoluta do Papa em matéria de fé e disciplina, fenômeno que ficou conhecido como romanização da Igreja no Brasil. É uma doutrina e política de um catolicismo tradicionalista que reconhecia no liberalismo um caminho para a decadência moral. Não bastava ser batizado, era preciso ser católico romano. O ultramontanismo começa a se esboçar no Brasil, durante o Segundo Reinado, “quando Roma torna-se o polo propulsor do pensamento e da ação eclesiástica”, devido à entrada no País de diversos institutos religiosos que se tornam porta-vozes da Santa Sé, com o intuito de marginalizar o clero liberal (AZZI, 1991; MARTINA, 1997; RAMBO, 1998; DIAS, 1996).

1.2.2 Protestantismo

O período monárquico (1822-1889) brasileiro caracterizou-se pelo Regalismo, ou seja, quando o rei era considerado o vigário de Cristo, e o Estado herdava a religião católica dos colonizadores portugueses.

Entretanto, o império português vai ser forçado a conceder liberdade aos estrangeiros para praticarem sua fé devido à necessidade de abertura dos portos, mediante o tratado assinado com a Inglaterra, em 1808, quando as pressões do governo de Napoleão Bonaparte obrigam a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil. Assim, a Constituição Imperial de 1824, que proibia manifestações contra a religião oficial, permitia a presença de outras religiões no Brasil, desde que com culto doméstico ou em casa que não configurasse templo. Neste contexto, assim como no período colonial brasileiro, elementos da religiosidade sincretizam-se e ganham um novo significado, mesmo que disfarçado à luz da imposição católica.

Durante a vigência do regime do padroado no Brasil, a religião católica servia como base da organização política e dos valores sociais. O poder civil e o poder religioso estavam estritamente ligados, havendo uma relação de dependência. O catolicismo era a religião oficial do estado e a educação moral-religiosa servia como sustentação da hierarquia estabelecida a partir da ideia de que o poder imperial se justificava na “vontade de Deus”, naturalizando-se entre os fiéis o não questionamento das autoridades seculares. Esses mecanismos são evidenciados na obra de Riolando Azzi, *O Altar unido ao trono: um projeto conservador*. Com a Questão Religiosa no Brasil advinda do Projeto Ultramontano e o fim do Império na segunda metade do século XIX, a separação da Igreja e do Estado ocasiona constantes conflitos no campo religioso na gênese republicana.

Segundo Dreher (1999), os protestantes que se inseriram neste período no Brasil eram anglicanos, cuja Igreja estava ligada a Sé Cantuária da Inglaterra e, em 1890, aportariam no Brasil missionários da *Igreja Episcopal dos Estados Unidos*. O autor refere ainda que, com a imigração de alemães para o Rio Grande do Sul, a partir de 1824, as colônias tornaram-se um atrativo para a penetração de luteranos, que na historiografia estão relacionados ao protestantismo de imigração. No entanto, observa que esta denominação não é adequada para distinguir do protestantismo de missão, pois a partir de 1835, as comunidades de imigrantes passaram a ser presididas por pastores oriundos de Casas de Missão. E são os missionários, agentes de Sociedades Bíblicas Americanas que, a partir de 1870, contribuem para o afluxo das diversas denominações protestantes no Brasil: presbiterianas, metodistas e batistas. Desse modo, em 1835, são feitas as primeiras tentativas missionárias metodistas quando a *Igreja Metodista Episcopal dos Estados Unidos* envia missionários ao Brasil, que reuniram alguns ingleses no Rio de Janeiro, sendo que no Rio Grande do Sul o metodismo penetrou pelo Uruguai (BORIN, 2017). As figuras 4 e 5 retratam a Catedral do Mediador, Igreja Episcopal Brasileira, anglicana, situada na Av. Rio Branco em Santa Maria/RS, inaugurada em 1906, e a Igreja Metodista Bom Pastor, situada a Rua do Acampamento, Santa Maria/RS, que teve o seu salão inaugurado em 1904.

Figuras 4 e 5- Catedral do Mediador, Igreja Anglicana, e Igreja Metodista Bom Pastor, Santa Maria/RS



Fonte: Álbum ilustrado de Santa Maria, Casa Memória Edmundo Cardoso. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445074>

Com isto, sociedades missionárias alemãs, a partir de 1860, enviam para o sul do Brasil pastores e missionários com a finalidade de não somente pregar o Evangelho e difundir a Bíblia, mas também manter a sua germanidade. A igreja que estes imigrantes trouxeram foi a Igreja Protestante Alemã que se tornaria conhecida com o nome de Igreja Evangélica de Confissão Luterana.

A partir de 1864, o Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Territorial da Prússia começou a se preocupar com o envio de pastores para o Rio Grande do Sul, pois até então os pastores eleitos não tinham formação teológica e até 1861 havia apenas um pastor ordenado em todo o Rio Grande do Sul. Foi a criação do Sínodo Rio-grandense, em 1886, pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana, que deu ao protestantismo a oportunidade de se apresentar como uma unidade diante das autoridades civis. No entanto, a partir de 1900, implantou-se também nas comunidades pomeranas na região meridional do Rio Grande do Sul a Igreja Luterana do Brasil, vinculada ao Sínodo de Missouri. Já os batistas iniciaram seus trabalhos em 1881, em Santa Bárbara d'Oeste, na busca de atingir a maior parte do território nacional criaram, em 1907, a Convenção Batista Brasileira (BORIN, 2017).

A presença dos protestantes exigia tolerância dos católicos com outros credos, pois teoricamente havia liberdade de culto. Com a imigração e a República, quando a Igreja católica se separa do Estado pela Constituição de 1891, o Estado apossou-se dos bens da Igreja católica, eliminou o dízimo e a escola é declarada laica. A nova ordem Constitucional possibilitou discutir o que era verdade em matéria de crença e de religião sob o regime republicano (BORIN, 2017).

Esta questão, aliada à situação também calamitosa do clero católico, foi um dos

motivos pelo qual, em Roma, no ano de 1899, foram discutidas algumas reformas no Concílio Plenário dos Bispos da América Latina, convocado pelo Papa Leão XIII. Esse Concílio teria resultado na tentativa de romanização da América Latina, e isso significava que a Igreja católica visava garantir melhorias na formação do clero católico e na administração eclesiástica, pois havia concorrentes de outras crenças pela hegemonia do campo religioso brasileiro.

Para atestar esta diversidade, no caso do protestantismo, elencamos as diferentes denominações do pentecostalismo, a partir do estudo de Dreher (1999), que classifica em três vertentes o pentecostalismo no Brasil:

A primeira, o **pentecostalismo clássico**, de 1910 a 1950, marcado pelo estabelecimento da *Congregação Cristã no Brasil* e da Assembleia de Deus, na primeira década do século XX. Nos Estados Unidos, no século XVIII e XIX, o pentecostalismo era como uma forma de reavivamento dentro das igrejas metodistas e batistas, chamadas de protestantes históricas.

Desde o início, ambas igrejas se caracterizam pelo anticatolicismo, pela ênfase na crença do batismo no Espírito Santo e por um ascetismo que rejeita os valores do mundo e defende a plenitude da vida moral e espiritual. Surgiram outras denominações pentecostais clássicas nos primeiros quarenta anos do pentecostalismo brasileiro. Em 1932, foi organizada a Igreja de Cristo no Brasil, em Mossoró (Rio Grande do Norte) que divergiu das demais igrejas pentecostais da primeira onda ao seguir o dogma da "eterna segurança", mais conhecida como Perseverança dos Santos. Esta também defende que o cristão recebe o batismo do Espírito Santo no momento da conversão e não como segunda bênção seguida de dons de línguas. Em Catalão, Goiás, em 1935, foi fundada a Igreja Evangélica do Calvário Pentecostal. Esta igreja uniu-se à Igreja de Deus de Cleveland, EUA, e se tornou a Igreja de Deus no Brasil, hoje presente em todos os estados brasileiros. A Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, fundada em São Paulo, em 1936. A Missão Evangélica Pentecostal do Brasil, fundada em Manaus, em 1939, de origem americana, mas que atualmente atua de forma independente, com direção nacional e credo baseado no Pentecostalismo Clássico, de característica moderada quanto à questão de usos e costumes. A Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Santa Maria está representada na figura 6, situada a Rua Venâncio Aires, centro.

Figura 6- Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Santa Maria/RS.



Fonte: Autor. *Projeto O protestantismo em Santa Maria*, bolsista Adriano Sequeira Avello FAPERGS/UFMS, 2015.

A outra vertente, o **deuteropentecostalismo**, de 1950 a 1970, ocorre quando o campo pentecostal se fragmenta em três grandes grupos: a *Igreja do Evangelho Quadrangular*, *Brasil Para Cristo* (figura 8) e *Igreja Pentecostal Deus é Amor* (figura 9 e 10). Enfatizam a cura divina e profecias, embora valorizem o falar em línguas, distinguem-se do Pentecostalismo Clássico pelo seu menor foco nesse carisma. As igrejas passaram a fazer uso de mídias e locais públicos para reuniões em massa. Na capital paulista, eles criaram a Cruzada Nacional de Evangelização e, centrados na cura divina, iniciaram a evangelização das massas, principalmente pelo rádio, contribuindo bastante para a expansão do pentecostalismo no Brasil. Em Santa Maria, por exemplo, o público pentecostal vai encontrar várias igrejas do Evangelho Quadrangular diferenciando sua identidade pela numeração de quando foi fundada. A que está representada na figura 7 localiza-se no Bairro Camobi, próximo ao Campus da UFSM.

Figura 7- Igreja do Evangelho Quadrangular, Bairro Camobi, Santa Maria/RS.



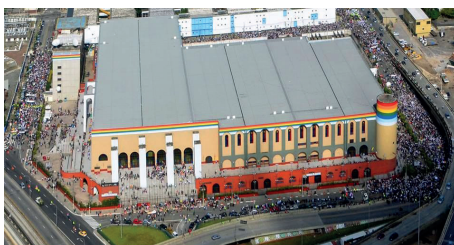
Fonte: Autor. Projeto *O protestantismo em Santa Maria*, bolsista Adriano Sequeira Avello FAPERGS/UFSM, 2015.

Figura 8 - Igreja o Brasil Para Cristo



Fonte: Igreja O Brasil para Cristo. Disponível em: <<https://www.meganesia.com.br/cotidiano-e-politica/2046-igreja-o-brasil-para-cristo-completa-51-anos-em-goianesia-com-grande-festividade-neste-fim-de-semana>>.

Figura 9 e 10- Igreja Pentecostal Deus é Amor, São Paulo.



Fonte: Igreja Pentecostal Deus é Amor. Disponível em: <<https://www.http://samuelferreirabatista.blogspot.com/2016/12/prefeitura-de-sp-decreta-o-dia-da-ipda.html>>.

E a terceira vertente, o **neopentecostalismo**, teria começado na segunda metade dos anos 1970, destacando-se a *Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)*, fundada por Edir Macedo, em 1977, no Brasil, a *Igreja Internacional das Graças* fundada por R.R. Soares; a *Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra*, Renascer em Cristo, em 1986, entre outras. É uma vertente do evangelicalismo que congrega denominações oriundas do pentecostalismo clássico ou mesmo das igrejas cristãs tradicionais (metodistas, batistas, presbiterianos, etc). Surgiram nos Estados Unidos da América. Em alguns lugares, são chamados de carismáticos. Posteriormente, surgem igrejas de inspiração e cultura mais pentecostais ou pentecostais renovadas: A *Convenção Batista Nacional*, que reúne as igrejas de "renovação espiritual"; As Igrejas Pentecostais Sinais e Prodígios, fundadas em 1970; e novas igrejas apostólicas surgidas a partir da década de 1990, como o *Ministério Internacional da Restauração*, fundado por Renê Terra Nova, em 1992, como Primeira Igreja Batista da Restauração em Manaus. Surgem também as denominações novas, não oriundas de igrejas históricas, mas de líderes hábeis e influentes. Nas figuras 11 e 12, podemos visualizar dois templos neopentecostais em Santa Maria, a Igreja Internacional da Graça, situada a Rua Prof. Braga e a Igreja Universal do Reino de Deus, situada à Rua Ângelo Uglione.

Figura 11 e 12- Igreja Internacional da Graça e Igreja Universal do Reino de Deus, Santa Maria/RS



Fonte: Autor. Projeto O protestantismo em Santa Maria, bolsista Adriano Sequeira Avello FAPERGS/UFMS, 2015.

Embora os estudos sobre o neopentecostalismo estejam numa fase incipiente, em vários sites da internet podemos encontrar referências a este tema, inclusive em páginas web de instituições confessionais. No meio acadêmico, este segmento religioso ficou conhecido pelo que se convencionou chamar de Teologia da Prosperidade, uma crítica ao movimento neopentecostal pela ênfase à prosperidade material. Segundo Dreher (2013, p. 18), é um novo tipo de Igreja:

Uma igreja de necessidades, com a capacidade de interpretar e de responder às múltiplas necessidades do indivíduo, que tanto podem ser religiosas quanto emocionais e sociais; [...] uma igreja de mercado, em razão das transações comerciais realizadas nela. Do ponto de vista eclesiológico, a IURD tem uma estrutura centralizada em torno de seu fundador e primeiro bispo, Edir Macedo, que, por estatuto, tem direção autocrática e vitalícia (DREHER, 2013, p. 18).

De acordo com o autor, aquilo que se chama de *Protestantismo Brasileiro* é muito diversificado e está em constante transformação. Chega ao país como dissidência religiosa luterana, originária da Reforma Protestante, do século XVI. O Templo de Salomão, figuras 13, 14 e 15, uma réplica do homônimo construído em Jerusalém, sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus, em São Paulo, pode exemplificar a importância da prosperidade material no neopentecostalismo.

Figura 13 e 14- O Templo de Salomão é uma réplica do homônimo construído em Jerusalém, sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus, em São Paulo.



Fonte: Acervo Estadão. Disponível em: < <https://acervo.estadao.com.br/noticias/lugares,templo-de-saloma0,11502,0.htm> >.

Figura 15- Vista aérea do Templo de Salomão, sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus, em São Paulo, uma réplica do homônimo construído em Jerusalém.



Fonte: Notícias Uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/15/justica-proibe-que-templo-de-salomao-seja-chamado-de-sinagoga-de-satanas-no-google.htm>

Dreher (1999) informa ainda que, após 1945, surgem mais de 30 grupos pentecostais, devido à cisma no pentecostalismo e em outras igrejas protestantes de missão tradicional, sendo que o maior desses grupos era a Igreja Evangélica Pentecostal do Brasil para Cristo. Segundo este autor, nos anos de 1970, surge, ainda, a **transconfessionalidade** protestante que se dedica ao trabalho de reevangelização entre os membros das denominações tradicionais.

Sobre esta pluralidade reconhecemos que há muito que se investigar. Ao buscarmos identificar os modos de pensar e de crer de agentes sociais do campo religioso católico sobre seus correspondentes protestante, observamos que refletem as tensões e conflitos resultantes destas imbricações.

1.2.3 Religiões de matriz africana

Até meados do século XX, segundo Bastide:

Havia no Brasil uma resistência cultural, primeiramente dos africanos, e depois dos afrodescendentes, resistência à escravidão e aos mecanismos de dominação da sociedade branca e cristã que marginalizou os negros e os mestiços mesmo após a abolição da escravatura. Eram religiões de preservação do patrimônio étnico dos descendentes dos antigos escravos. Entretanto, a presença de brancos na Umbanda e no Batuque, no final da década de 1940, já era marcante, antecipando a transformação das religiões de matriz africana em religiões de caráter universal (BASTIDE, 1945, 1971, 1978, apud PRANDI, 2004, p. 1).

Tudo indica que os primeiros terreiros de Batuque no Rio Grande do Sul foram fundados justamente na região de Rio Grande e Pelotas, entre os anos de 1833 e 1859. As notícias sobre o batuque em Porto Alegre datam da segunda metade do século XIX, e o seu incremento pode ter ocorrido com a migração de escravos e ex-escravos da região de Pelotas e Rio Grande para a capital (CORREA, 1988 apud ORO, 2002).

Quanto ao mito fundador do batuque, há duas versões correntes: uma que afirma ter sido o mesmo trazido para esta região por uma escrava, vinda diretamente de Recife; e outra que não associa a um personagem, mas às etnias africanas que o estruturaram enquanto espaço de resistência simbólica à escravidão (ORO, 2002).

Segundo Oro (2002, p. 7), Batuque é a religião dos Orixás:

Termo aplicado aos ritmos produzidos à base da percussão por frequentadores de cultos cujos elementos mitológicos, axiológicos, linguísticos e ritualísticos são de origem africana. O batuque é uma religião que cultua doze orixás e divide-se em "lados" ou "nações", tendo sido, historicamente, as mais importantes as seguintes: Oyó, tida como a mais antiga do estado, mas tendo hoje aqui poucos representantes e divulgadores; Jeje, cujo maior divulgador no Rio Grande do Sul foi o Príncipe Custódio; Ijexá, Cabinda e Nagô, são outras nações de destaque neste estado. Para o autor, o Keto esteve historicamente ausente no RS, vindo somente nos últimos anos a se integrar por meio do candomblé (ORO, 2002, p. 7).

Na atualidade, predomina no batuque do Rio Grande do Sul o lado Ijexá, "quer pela facilidade do toque como pela ausência de tamboreiros iniciados nos demais Cultos". Embora haja terreiros que se digam seguidores de outros lados, trata-se, segundo o babalorixá Adalberto Pernambuco Nogueira, "apenas de rótulos utilizados talvez para marcar a origem dos fundamentos" (NOGUEIRA, 2001, apud ORO, 2012, p. 355).

Segundo Oro,

[...] a primeira casa de umbanda no Rio Grande do Sul foi também fundada na cidade de Rio Grande, em 1926. Chamava-se "Reino de São Jorge" e foi fundada pelo ferroviário Otacílio Charão. [...] Em 1932, a Umbanda é fundada em Porto Alegre pelo capitão da marinha Laudelino de Souza Gomes, que criou nesta capital a Congregação Espírita dos Franciscanos de Umbanda (ORO, 2012, p. 356).

No entanto, o autor adverte que a Umbanda sofreu não somente a repressão policial, mas o próprio espiritismo e o batuque se opuseram à umbanda nascente. O espiritismo desqualificava as práticas mediúnicas, o batuque não aceitava que os orixás da Umbanda fossem invocados, isto significava que, segundo Isaia (1997 apud ORO, 2002), estava em jogo uma disputa de bens simbólicos.

Na umbanda do Rio Grande do Sul são cultuados, segundo Oro, as seguintes entidades:

Caboclos, pretos-velhos e crianças (Ibeji), aos quais não são realizados sacrifícios de animais. Antigamente era também cultuada a "linha", ou "povo do oriente", hoje quase em extinção. Segundo a representação dos umbandistas, tratava-se de entidades bondosas, bastante evoluídas e que transmitiam vibrações puras. Seus médiuns, incorporados, adotavam a postura corporal e os gestos dos povos do Oriente: chineses, indianos, árabes e ciganos. Hoje o "povo cigano" foi transformado em Linha de Exu. Quanto aos guias orientais, manifestam-se em poucas casas que trabalham com o que denominam de Junta Médica (ORO, 2012, p. 357).

Em Santa Maria a frequência nos terreiros de umbanda é muito expressiva. Na figura 16, a Sede campestre da Sociedade Espiritualista de Umbanda Reino de Santo Antônio – Aruanda de Xangô, de Santa Maria, indica a potencialidade do grupo, cuja sala principal de orações, figura 17, é ornada com imagens dos santos e orixás de devoção.

A Linha Cruzada, segundo Oro (2012, p. 557), é uma expressão religiosa relativamente nova, iniciada na década de 1960: “Seus adeptos cultuam, além dos orixás, caboclos e pretos-velhos, os exus e suas mulheres míticas, as pomba-gira [...], já o Batuque representa a face mais africana do complexo”, provavelmente originários da Macumba do Rio de Janeiro e São Paulo.

Considerando que a historiografia sobre o Rio Grande do Sul, frequentemente, aponta para a predominância do catolicismo no campo religioso, a cartografia dos espaços de culto das religiões de matriz africana revela-se expressiva devido ao número de terreiros existentes nas cidades e a diversificação das práticas religiosas no mesmo campo.

Figura 16 - Portão de entrada na Sede campestre da Sociedade Espiritualista de Umbanda Reino de Santo Antônio – Aruanda de Xangô, Santa Maria/RS



Fonte: Autor. Projeto *História e religiosidade popular: religiosidades de matriz africana em Santa Maria*, bolsa CNPq/UFSM, 2014.

Figura 17- Altar principal na Sede campestre da Sociedade Espiritualista de Umbanda Reino de Santo Antônio – Aruanda de Xangô, Santa Maria/RS



Fonte: Autor. *Projeto História e religiosidade popular: religiosidades de matriz africana em Santa Maria*, bolsa CNPq/UFSM, 2014.

O culto da terreira Mãe Generosa (figura 18), em Santa Maria, é dedicado principalmente à Umbanda. No altar maior (figuras 19 e 20), com mais evidência no salão, é praticado a linha afro de nação ou batuque rio-grandense.

Figura 18- Templo da Mãe Generosa, dedicado ao rito Umbandista, Reino de Luz e Caridade Xangô e Yansan, Bairro Nossa Senhora das Dores, Santa Maria/RS



Fonte: Autor. *Projeto História e religiosidade popular: religiosidades de matriz africana em Santa Maria*, bolsa CNPq/UFSM, 2014.

Figura 19 e 20- Salão principal e altar do Templo da Mãe Generosa, dedicado ao rito Umbandista, Reino de Luz e Caridade Xangô e Yansan, Bairro Nossa Senhora das Dores, Santa Maria/RS



Fonte: Autor. *Projeto História e religiosidade popular: religiosidades de matriz africana em Santa Maria*, bolsa CNPq/UFSM, 2014.

ATIVIDADES - UNIDADE 1

1- Atividade a distância: Fórum de Discussão sobre os textos

2- Atividade em grupo: Pesquisa inventário, mapeando saberes

O Projeto de inventário:

O inventário requer um estudo da historicidade do objeto de investigação selecionado, identificando a multiplicidade de elementos da cultura entranhados nele e a trama de valores de um grupo.

Objetivo da Pesquisa inventário:

Entender qual o lugar das religiões ou das crenças populares de matriz africana na construção da identidade regional, as continuidades e as rupturas destas manifestações religiosas.

Como planejar projeto de inventário

- Elaborar uma lista das pessoas e instituições que farão parte da pesquisa.
- Planejar as atividades, inclusive o deslocamento até o local da pesquisa.
- Fazer uma lista dos locais onde será realizado o inventário e com as tarefas que devem ser feitas por cada um dos integrantes dos grupos (pessoas ou instituições que cada um deve entrar em contato).
 - Pedir permissão para alguém ou instituição para realizar a pesquisa.
 - Providenciar os equipamentos de registro: máquina fotográfica, gravador, filmadora, caderno de anotações, etc.
 - Estabelecer o tempo para a realização do trabalho.
- Organizar Fichas de Inventário para cada etapa do projeto.
- Analisar cada ficha é fundamental para a elaboração das perguntas ao longo do trabalho.

Recomendações para uma boa documentação

- Registrar sons ou vídeos,
- Na introdução dizer: quem são as pessoas, qual o conteúdo que será gravado, o lugar e a data da gravação.
- Pedir autorização para fotografar ou filmar pessoas, individualmente ou em grupo. Se a pessoa não autorizar respeite o combinado.
- Anotar os dados sobre quem ou o que foi fotografado, a data, o lugar e quem fotografou.
- Quando fizer um desenho, um mapa ou um gráfico, indicar do que se trata, a data e quem fez.

Depois de realizar uma entrevista:

- Ouvir as gravações e anotar seus comentários.
- Utilizar desenhos e fotografias para documentar o trabalho.
- Não divulgar fotografias, filmes ou gravações dos entrevistados sem prévia autorização deles.
- Não publicar na internet dados pessoais sobre os entrevistados.

3- Após conversar com os colegas de grupo e pessoas da sua região, faça um **mapeamento dos saberes populares** (crenças) e fazeres (práticas) das religiões de sua cidade. Busque descrever uma de suas festas ou ritos, pois são fundamentais para entender como se configura o campo religioso e a significativa pluralidade religiosa, local e regional.

4- **No mapeamento identifique, quando houver:** as denominações católicas, protestantes e/ou de matriz africana (Batuque, Umbanda, Quimbanda, etc) de sua cidade, e faça um breve histórico delas.

Atividades a partir da leitura dos textos

5- A partir da leitura do texto *Da história religiosa à história cultural do sagrado*, de autoria de Eduardo Basto de Albuquerque (disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem, Moodle), que elementos podemos levar em consideração na atualidade para estudar a história das religiões?



INTERATIVIDADE: Texto disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/download/493/310>

6- O texto História religiosa: representações e práticas culturais, de Eliane Garcindo de Sá, (disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem, Moodle) aborda a história da expansão do catolicismo e da propagação de conversão pela imposição da fé católica, de suas representações e práticas culturais. O outro, o indígena, era visto pelo colonizador como herege, idólatra. Este confronto religioso, que resultou no sufocamento e/ou no abandono de práticas culturais, pode ser visto como uma característica apenas do passado latino-americano?

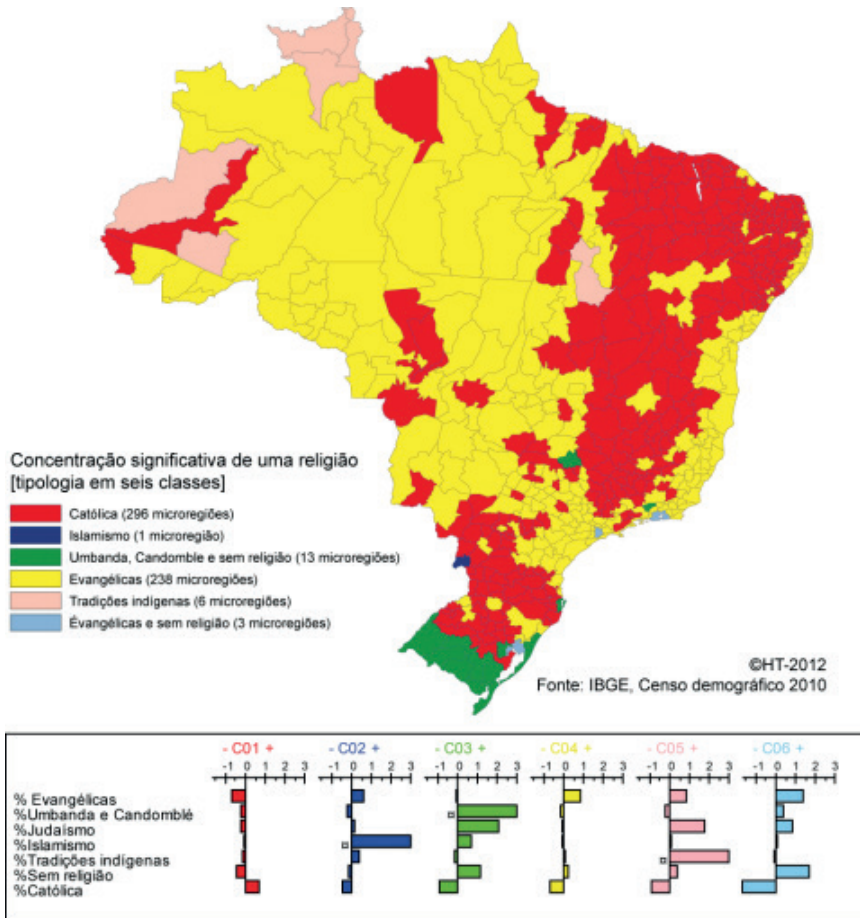
7- Quais os **outros temas** que podemos levantar na atualidade que remetem a práticas semelhantes àquelas apontadas no texto?



SAIBA MAIS: O site do IBGE mapeou as principais religiões no Brasil, em 2010: a Católica (Apostólica Romana), as diversas Evangélicas e também o grupo que se declara "sem religião". Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7785?lang=pt#tocto1n1>

Veja o mapa abaixo, figura 21, que indica qual religião marca mais uma determinada microrregião e a diferença das outras do Censo demográfico de 2010 sobre religiões, IBGE.

Figura 21 – Topografia das religiões no Brasil a partir do Censo demográfico sobre religiões, IBGE, de 2010



Fonte: Censo demográfico 2010 – IBGE. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/con-fins/7785?lang=pt#tocto1n3> >

8- Identifique quais as religiões existentes em sua cidade. Em seguida, realize a pesquisa inventário na cidade ou região onde você vive. A sua atividade de pesquisa deverá ser postada no ambiente Moodle.

2

RELIGIÃO E POLÍTICA

INTRODUÇÃO

Na segunda Unidade, *Religião e Política*, visamos refletir sobre a atuação dos agentes sociais do Estado e do clero, tanto no campo político como no religioso.

No item A construção do campo religioso e a política, busca-se compreender, na perspectiva de Bourdieu (1998), como e de que forma o campo religioso pode ser algo pensado e construído por diferentes agentes sociais que agem de acordo com os interesses do campo, pois a religião pode ser determinante nos estudos de política. São visões de mundo, representações do divino que determinam comportamentos nas mais diversas esferas da vida. Segundo Geertz (1989, p. 93), a religião nunca é apenas metafísica, pois “formulado como mana, como Brahma ou como a Santíssima Trindade, aquilo que é colocado à parte, como além do mundano, é considerado, inevitavelmente, como tendo implicações de grande alcance para a orientação da conduta humana”.

No item Religião, política e educação, procuramos destacar como podemos perceber a articulação entre religião e política; religião e educação.

A religião é abordada na Educação Básica por meio da disciplina de Ensino Religioso, regulamentada pela lei nº 9394/1996, artigo 33, da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBEN, 2015), a qual dispõe que:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (BRASIL, 2015).

Conforme a redação apresentada, a lei nacional, que abrange toda a federação, visa à superação do aspecto confessional e proselitista, rompendo o preconceito social e viabilizando ao aluno a construção do respeito à diversidade cultural e religiosa.

Neste sentido, trouxemos para reflexão textos que permitam entender a construção histórica acerca da liberdade religiosa, bem como as tensões e os conflitos deste percurso ao longo do século XX.

As *Atividades*, no final da seção, visam estimular o estudante a olhar para a sua realidade a fim de refletir sobre a atualidade dos temas propostos.

2.1

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO RELIGIOSO/POLÍTICO

Para Bourdieu,

o **campo religioso**, enquanto monopólio da gestão de bens de salvação é constituído por um corpo de especialistas religiosos socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou reprodução de um corpus deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que deles são excluídos e que se transformam por esta razão em leigos (ou profanos no duplo sentido do termo destituído do capital religioso enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato que a desconhecem enquanto tal (BOURDIEU, 1998, p. 39).



SAIBA MAIS: O campo religioso é constituído por um corpo de especialistas religiosos socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos dos bens de salvação. Do lado oposto, estão os leigos (ou profanos) destituídos do capital religioso (enquanto trabalho simbólico acumulado) pelo fato de desconhecerem a racionalização da religião (BOURDIEU, 1988).

Nesse campo de luta, de conflito, os agentes sociais nele comprometidos têm em comum interesses fundamentais, ou seja, o objeto central das lutas e consenso em cada campo é construído pela diferença de variedade de capital. Esse considerados, a partir de Bourdieu (1998), como o conjunto de bens acumulados que é produzido, distribuído, consumido e que se investe e se perde. Nesse caso, o capital cultural, político e simbólico.

De acordo com Bourdieu (1998), “há tantos campos quantas são as formas de interesse e o interesse é o investimento em um jogo, qualquer que seja ele, que é criado e reforçado pelo jogo”. Os diferentes campos – social, religioso, científico, **político**, econômico, etc. – são definidos como espaços de jogo historicamente construídos. As transformações ocorridas no campo religioso, por exemplo, “se definem na relação entre a estrutura deste campo e as transformações externas a ele”, como a economia, a política, que “determinam mudanças decisivas, pois tudo está extremamente ligado, entrelaçado”. Estas leis de funcionamento devem ser compreendidas em relação a outros conceitos como: posição, interesse, capital, espaço social. Os campos se apresentam como sistemas de posições e de relações entre posições, isto explica que “os investimentos que alguns fazem em certos

jogos”, no campo religioso, por exemplo, “aparecem como desinteressados quando percebidos por alguém, cujos investimentos, cujos interesses estão aplicados num outro jogo, em outro campo. Em cada caso é preciso determinar empiricamente as condições sociais de produção desse interesse, seu conteúdo específico”. A estrutura de um campo é um capital acumulado no decurso de lutas anteriores, como devoção, crença e tradição, que orienta as estratégias dos agentes que estão comprometidos no campo (BOURDIEU, 1998, p. 38-78).



SAIBA MAIS: O campo político permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político. Ela permite, em seguida, comparar essa realidade construída com outras realidades como o campo religioso, o campo artístico. Em um campo como o político ou o campo religioso, ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado.

Observamos, a partir de Bourdieu (1998), que o sistema de relações, mesmo que seja coercitivo, nunca elimina a margem de autonomia individual dos atores sociais e explica as ações sociais como *estratégia*, a partir da lógica custo-benefício, quando eles selecionam a alternativa, entre aquelas que, no sistema de relação, considera de acordo com seus interesses, ligado à sua posição dentro do sistema. A noção de estratégia, usada pelo autor, conferiria à Igreja o “desenvolvimento de uma linha objetiva orientada para obedecer regularidades e formar configurações compensadoras devido às condições sociais externas incorporadas,” nesse caso, pela Igreja e pelo Estado. O clero, como agente social, era “arrancado do estado de indiferença” e estimulado pelo Estado e pelo contexto social.

2.2

RELIGIÃO, POLÍTICA E EDUCAÇÃO

A complexidade de entender e trabalhar o tema **religião, política e educação** frente aos interesses de diferentes sujeitos nos desafiam a pensar novas práticas educativas.



SAIBA MAIS: Texto adaptado do artigo “A disputa entre agenciadores católicos, protestantes e maçons pelo campo educacional santa-mariense após a implantação da República”, de autoria de Marta Rosa Borin, publicado no livro *Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes*, organizado por José Iran Ribeiro, 2012, e apresentado na mesa redonda “As Religiões e religiosidades no ensino”, no V simpósio do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades – Regional Sul, Universidade de Passo Fundo, 2017.

É sabido que a religião e a religiosidade têm sido tema de debate como componente curricular obrigatório na Educação Básica, não somente devido à sua obrigatoriedade mas, sobretudo, porque este saber pressupõe também uma visão de mundo.

Não sendo a religião objeto neutro seu estudo abre debate sobre diversos temas, como identidades, alteridades, valores, tradições, símbolos, práticas, tensões conflitos que permitem ao educando entender-se como sujeito histórico e como os homens e as mulheres constroem e lidam com as diferenças.

Penso que para tratar do tema religiões e religiosidades na educação básica é preciso investir em cursos de formação de professores, pois a inclusão da disciplina de Ensino religioso no currículo diz muito da sua importância para diferentes grupos.

Pensando, então, na religião e nas religiosidades como objeto de estudo das diferentes áreas do conhecimento, como ciência, passo a apresentar, no âmbito da história, um estudo de caso, do final do século XIX de onde se percebe a atualidade do debate devido às intolerâncias e disputas pelo campo educacional, onde se entrelaçam os interesses de agentes sociais que se ocupam da divulgação de sua doutrina, seja ela religiosa, política ou filosófica, pois, segundo Foucault (1996, p. 42), “é através da partilha deste discurso que os indivíduos definem sua pertença de classe, status social, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou aceitação”.

Se a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, consequentemente, todos os outros, como propõe Foucault (1996), vamos destacar algumas ações de agentes sociais católicos, protestantes e maçons que atestam a existência de tensões no campo educacional, a partir do final do século XIX, devido às divergências de ideias em torno das crenças. Para esta análise, foi usado fontes de jornais confessionais e laicos, e correspondências expedidas por Lojas maçônicas, que denotam a ligação dos indivíduos entre si e suas divergências com os demais.

O respaldo para a diversificação na oferta do ensino no Brasil estava ancorado na Constituição republicana de 1891, quando o Estado foi declarado laico, ou seja, sem religião. O laicismo, doutrina que proclama o afastamento total e absoluto das instituições sócio-políticas, culturais e educativas de toda a influência da igreja, reclama uma autonomia face à religião e a exclusão das Igrejas do exercício do poder político, administrativo e da organização do ensino público (DOMINGUES, 2009).

Assim, a liberdade de culto propiciou a criação de escolas confessionais de diferentes credos no Brasil, o que, do ponto de vista educacional, possibilitou também a instalação de escolas de orientação protestante, impedidas durante o Império.

Segundo Kreutz (1998, p. 215), é a partir de 1860 que, no Rio Grande do Sul, tem início uma atenção maior ao processo escolar, tanto do governo quanto das Igrejas, sendo que “as Igrejas católicas e luteranas tinham interesse específico em coordenar o processo escolar, entendendo a escola como uma instância básica de seu processo pastoral”. Seria uma reação cristã contra o avanço do Estado laico na condução do processo educacional.

No caso do catolicismo, foi um fator poderoso para sua afirmação ante a laicidade do Estado, uma vez que, nas escolas, além de ler e escrever, os alunos “aprendiam o significado de ser membro da Igreja, o catecismo, a História Bíblica, a respeitar as autoridades eclesásticas e a viver escrupulosamente, conforme os mandamentos de Deus e da Igreja” (RAMBO, 1998, p. 148-154).

O respaldo para essa questão vinha de Roma, que, em 1875, estabelecia como diretriz da Igreja católica o dever dos pais de enviarem seus filhos às escolas paroquiais, caso contrário estariam cometendo pecado pelo fato de privá-los da formação católica. Essa determinação era apregoada também no Rio Grande do Sul. No entanto, a Constituição impunha o ensino laico em todos os níveis de escolaridade, inclusive nas escolas católicas.

O campo educacional também fazia parte do jogo de interesses do maçonismo, agenciadores, nesse caso, com formação liberal. Em 1876, por exemplo, foi publicado no Boletim do Grande Oriente do Brasil (GOB) uma matéria sobre a necessidade de um colégio maçônico em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, devido ao “fanatismo e ousadia” do jesuitismo que “tenta tudo avassalar”. O editor alertava: “*é forçoso, é urgente instruírmos a geração vindoura, a fim de que ela compreenda o que deve a si, a Deus e a pátria*”.

O trabalho do intendente municipal, Francisco de Abreu Vale Machado, pela causa da educação pública é destacado por Belém (2000, p. 215-217), pois esse autor afirma que, em 1895, em todo o município, funcionavam “seis cadeiras do sexo masculino e oito do sexo feminino”. Em 1901, o Estado criou colégios distritais, sendo que em Santa Maria foi iniciado a 20 de setembro daquele ano, sob a intendência do coronel Pedro Scherer, o Colégio Olavo Bilac (figura 21), com 190 alunos.

Figura 21- Colégio Distrital, Santa Maria/RS



Fonte: DAISSON, Augusto (Org.). Revista do Centenário de Santa Maria. Santa Maria: Globo, 1914.

Assim, agentes sociais maçons declaravam-se pela necessidade de escolas maçônicas por considerarem o clero fanático e, tal como o clero, mas num processo inverso, eram orientados para não matricular seus filhos nos colégios católicos e advertiam que a maçonaria deveria interferir a fim de que a instrução primária fosse inteiramente laica, como determinava a Constituição do Estado.

Como vamos perceber, o campo educacional não foi apenas dinâmico, mas também um espaço de tensão entre seus agenciadores pela hegemonia do saber, pois membros da maçonaria procuraram influenciar nos centros de educação pública para conter o ensino religioso e contestar os dogmas católicos. A Igreja católica, por seu turno, através de documentos papais proibia os fiéis de participarem de sociedades secretas.

Nas cidades do interior do Estado, como Santa Maria, por exemplo, na primeira década do século XX, preponderavam na educação escolas confessionais dirigidas por religiosos. A cidade contava com o Colégio Sant'Anna (figura 22), dirigido pelas irmãs franciscanas, inaugurado em 1905, destinado a estudantes do sexo feminino, onde receberam como doação quase um quarteirão para a construção do colégio, localizado à Rua dos Andradas em Santa Maria, com matrícula anual de mais de 350 alunas. Os maristas adotaram a abordagem educativa de São Marcelino Champagnat, sendo seus colégios destinados a estudantes do sexo masculino. O Ginásio, em janeiro de 1906, passou a se chamar Colégio Santa Maria (Figura 23), localizado à Rua Floriano Peixoto, em Santa Maria, e congregou 600 alunos, alguns procedentes do Uruguai e da Argentina.

Figura 22- Colégio Sant'Anna, das Irmãs franciscanas, localizado à Rua dos Andradas em Santa Maria.



Fonte: DAISSON, Augusto (Org.). Revista do Centenário de Santa Maria. Santa Maria: Globo, 1914.

Figura 23- Ginásio Santa Maria, dos Irmãos Maristas, atual Colégio Marista de Santa Maria



Fonte: DAISSON, Augusto (Org.). Revista do Centenário de Santa Maria. Santa Maria: Globo, 1914.

Para a Igreja católica, a escola pública laica representava um perigo para a alma do jovem e a promoção da vinda de ordens religiosas para atuarem também no ensino era uma das suas estratégias em prol do monopólio da crença, dificultada não somente pelo anticlericalismo.

O número expressivo de ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul levou à direção da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, sediada em Santa Maria, a se preocupar com a formação profissional de seus filhos. Em 1922, o napolitano padre Caetano Pagliuca negociou, em Santa Maria, com a Associação da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea, a direção da Escola de Artes e Ofícios masculina para os Irmãos Maristas. Assim, o ensino profissional foi orientado pelo Instituto Paraobé da Escola da Engenharia de Porto Alegre e o diretor foi Augusto Ribas.

Sob a direção dos Irmãos Maristas, a Escola de Artes e Ofícios masculina (figura 24) foi inaugurada dia 1º de maio de 1922, frequentada pelos filhos dos associados da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em um terreno, na Avenida Rio Branco. A escola cumpriu com sua finalidade educacional por mais de 50 anos, sendo que o setor profissionalizante da “Hugo Taylor” contava com uma bem montada carpintaria, marcenaria, ferraria, forjas e ajustagens, mecânica, eletricidade, modelagem e funilaria. Os alunos tinham aulas teóricas pela manhã e à tarde oficinas onde aprendiam técnicas de pintura decorativa e plástica, de solda, de escultura em madeira, oficina de estofaria e oficina de eletricidade. Já os cursos noturnos eram para os funcionários da Viação Férrea (PEREZ, 1998; COSTA BEBER, 1998).

Figura 24- Parte da fachada da antiga Escola de Artes e Ofícios “Hugo Taylor” (Seção masculina), Santa Maria.



Fonte: Arquivo fotográfico da Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria/RS.

Para as filhas dos ferroviários, foi criada uma escola feminina de Artes e Ofícios, a “Escola Santa Terezinha”, figura 25, fundada em 1º de junho de 1923, em frente à Praça Cristóvão Colombo, atual Praça Eduardo Trevisan, com 21 alunas matriculadas. A Cooperativa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul entregou às irmãs franciscanas o ensino profissionalizante que contou com 60 alunas, as quais, nessa escola, recebiam aulas de corte, costura, bordado, música, culinária e economia doméstica. Foram criados cursos de confecção de chapéus e arranjos florais. A escola era bem-conceituada, devido à procura pelo seu ensino. Possuía refeitório, lavanderia, padaria, capela e instalações para funcionamento de um internato. Ao concluir o curso, as alunas saíam aptas para dar aulas nas escolas de alfabetização mantidas pela Cooperativa. No ano de 1930, a escola recebeu 343 alunas, das quais 50 internas (PEREZ, 1998; COSTA BEBER, 1998).

Segundo Belém (2000), em 1931, o corpo docente da Escola de Artes e Ofícios contava com 15 professores, 12 mestres de oficina, na seção masculina e 18 professoras, na seção feminina, sob a direção da madre Diethilde. Em 1933, matricularam-se 789 alunos, dos quais 561 externos e 100 internos e 128 aulas noturnas.

Na seção feminina, 517 alunas externas e 80 internas.

Figura 25- Fachada da Escola de Artes e Ofícios “Santa Terezinha” (Seção feminina), localizada em frente à atual Praça Eduardo Trevisan, Santa Maria/RS.



Fachada da Escola de Artes e Ofícios (Seção Feminina) da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea - Fonte: Relatório da Cooperativa dos Empregados da VFRGS - Exercício de 1929

Fonte: Relatório da Cooperativa de Consumo dos Empregados da VFRGS, 1929 - Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria/RS.

Um acontecimento que denota a tensão no campo educacional do Rio Grande do Sul, e por extensão em Santa Maria, foi a organização, em 1902, do Congresso dos Veneráveis Maçons, quando os “pedreiros-livres” gaúchos, segundo Colussi (1998), foram orientados para que não matriculassem seus filhos nos colégios jesuítas e advertiam que a maçonaria deveria interferir a fim de que a instrução primária fosse inteiramente laica, como determinava a Constituição do Estado. Para a autora, o fato da Companhia de Jesus ocupar, no Estado sul rio-grandense, um espaço importante na educação, tanto para a elite quanto para as classes populares, passou a ser um problema para a maçonaria, a partir da segunda metade do século XIX.

Em relação à mobilização do ensino confessional católico, houve reação de agentes sociais de outras crenças, como, por exemplo, do pastor metodista João Ruiz, quando escreveu no jornal *O Testemunho* (figura 26), publicado em Porto Alegre, uma matéria não somente criticando o Papa, mas condenando a chegada dos Irmãos Maristas no Rio Grande do Sul, que, junto com outras congregações religiosas católicas, afluíam para “putrefar” o Estado gaúcho:

Os dignos êmulos de Pio X corridos e expulsos dos próprios países católico-romanos arribaram como bando de esfaimadas aves de rapina nas plagas brasileiras, e vemo-los infelizmente em número indefinido, trazendo as diversas librés dos súbditos ou criados inconcursos do ambicioso monarca chamado papa romano, que ainda aspira a que os reis e imperadores submissos a sua déspota vontade vão lhe beijar os pés, ambicionando assim o domínio universal de todos os governos (...). Arroga-se o título pomposo de vigário de Cristo, o mesmo (...) continua a enviar seus esquadrões de escravos submissos, fardados de maneiras

diversas. Um desses esquadrões composto de padres maristas com suas vestes talares, pretas como a hipocrisia personificada, está invadindo presentemente a rica zona serrana onde até a presente data se respirava ar puro da liberdade histórica (RUIZ, 1904, p. 89).

Figura 26-Exemplar do jornal O Testemunho, Porto Alegre, 1901



Fonte: Arquivo John Wesley, Instituto Porto-Alegrense (IPA), Porto Alegre.

O tom do discurso do órgão de imprensa metodista expressa uma atmosfera tensa no campo religioso e educacional que, juntamente com a versão maçônica, vão delineando as posições adversas destes grupos sociais, metodistas e maçons, em relação ao clero católico e vice-versa.

As ações educacionais do clero católico tinham respaldo na Encíclica *Acerbo nimis*, do Papa Pio X, publicada em 1905, alertando sobre a ignorância entre os fiéis católicos. A Encíclica que apontava a visão do Pontífice sobre os males da sociedade da época foi criticada no jornal *O Testemunho*. Nela, ele havia determinado que nas Universidades fossem estabelecidas aulas de religião “das verdades da fé e a formação da vida cristã”. Para o articulista metodista, “o chefe da igreja de Roma” não tinha o remédio para todos os males sociais porque “declarando-se infalível arrancou das mãos do povo o ensino sagrado de Deus e deu-lhe o ensino corrompido (...), o catecismo romano” (Jornal *O Testemunho*, 1905, p. 77-78).



INTERATIVIDADE: Conheça mais acerca do *Acerbo nimis* em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/encyclicals/index_po.htm

Do lado católico, as publicações do órgão de imprensa A *União* teriam afrontado os protestantes. Como uma contra resposta àquele jornal, o pastor João Vollmer publicou, na primeira página do O Testemunho, um longo artigo denunciando as intrigas em relação aos seus cooperadores. O órgão A União teria recriminado os pais católicos que mandavam seus filhos aos colégios dos missionários metodistas, pois estes eram considerados pelo clero católico “ex-professo com o propósito declarado de combater a religião católica”. Segundo o redator do jornal metodista, todo o homem culto poderia ver nesse quesito o “espírito reacionário do jesuíta que nem a liberdade de educação quer ceder ao seu semelhante”. Para o metodista “os ignorantes”, que dependem do sacerdote, “criatura pretenciosa”, passarão a olhar “com muito receio e desconfiança para nossos colégios de agora em diante” (Jornal O Testemunho, 1904, p. 1). Mas, afirmava que isto não iria perturbar a expansão do metodismo no Rio Grande do Sul. (Jornal O *Testemunho*, 1904, p. 16).

A disputa pelo espaço de influência e as animosidades entre católicos e metodistas vão sendo declaradas através da imprensa e no campo das crenças ambos lutavam pela hegemonia do saber, neste caso, da “verdade revelada”. O apoio dos protestantes à educação pública também foi matéria de primeira página do jornal O Testemunho. O artigo exaltava a República e sugeriu que o método de ensino norte-americano fosse adotado no Brasil, pois lembrava que este país era tão antigo quanto aquele; porém, menos desenvolvido por culpa da educação precária (Jornal O *Testemunho*, 1905, p. 20).

Como na ótica protestante, o “verdadeiro perigo” que rondava a nação brasileira era o catolicismo romano, o jornal expressava indignação com a “imprensa secular” por ter permanecido “silenciosa ante a invasão sempre crescente dos representantes da seita que mais tem concorrido para a infelicidade das nações” (Jornal O Testemunho, 1905, p. 16). O articulista respaldava sua indignação com a chegada de ordens religiosas católicas ao Estado, na seguinte afirmação:

No tribunal da opinião pública o ultramontanismo já é conhecido como o germe ativo de todas as infâmias, de todas as impiedades, de todos os atentados e de todas as desordens (...). A constituição desta sangrenta instituição não é conhecida e jamais foi submetida a um exame legal, o que por si só bastaria para torná-la suspeita (...). A principal arma de que se servem a fim de levar avante seus funestos planos é a conspiração (...). O perigo ultramotano, jesuítico, já de há muito invadiu a nossa cara pátria (...). Infeliz a nação que abandona na mão dessa gente sem pátria e sem família a educação d’aqueles que hão de ser os cidadãos e os pais de amanhã (Jornal O Testemunho, 1905, p. 16).

Percebe-se, com estes dados aqui minimamente apresentados, que no Rio Grande do Sul, nos primeiros anos do século XX, os metodistas, como também os maçons, difundiam e compartilhavam a ideia de que o ensino católico levaria à decadência do Estado e juntos formavam coro contra as escolas dirigidas por católicos e seus representantes.

A maçonaria, no final do século XIX, vai se empenhar na criação de escolas próprias, não somente para defender o ensino laico como também para combater

o clero conservador. Colussi (1998, p. 438-443) observa que, a partir de 1870, foram tomadas “iniciativas mais concretas nesse campo, as quais desembocariam na virada do século, na política maçônica de criação de escolas próprias. Em nível nacional, a maçonaria fundou lojas com a finalidade de difundir a instrução nas classes populares”. O ingresso de professores na maçonaria, especialmente dos que atuavam na instrução pública, era facilitado para que os maçons tivessem acesso e influência na formação laica dos setores populares.

Em Santa Maria, a influência dos religiosos católicos no ensino repercutiria no anticatolicismo expresso também por agentes sociais maçons, como, por exemplo, no relatório enviado pela Loja Luz e Trabalho de Santa Maria ao Grande Oriente Maçom, em 1908. Nele foi reconhecida a preponderância do catolicismo na cidade e os maçons foram alertados para que não esmorecessem e continuassem na “batalha contra estes inimigos da instituição maçônica” (Loja Luz e Trabalho, 78-1908, p. 78-4).

Outro documento que pode atestar a rejeição ao ensino confessional católico na cidade está na ata da sessão, de 1908, da Loja Luz e Trabalho, assinada pela comissão regularizadora. Diz que os maçons deveriam “trabalhar com todo devotamento para combater o jesuitismo que, a passos agigantados, implantam o seu domínio malévolos em Santa Maria” (Loja Luz e Trabalho, 1908, p. 13), que ameaça avassalar as consciências, com suas práticas subversivas”. Advertiam sobre a “ambição clerical” em torno da educação pública, pois consideravam Santa Maria um local apropriado para estabelecer um “Gymnasio leigo” para que seus filhos deixassem de frequentar o “ensino viciado e retrógrado dos padres e das freiras” (Loja Luz e Trabalho, 1908, p. 78-05).

Os termos jesuitismo e jesuíta referiam-se ao clero católico em geral e a rejeição era ao clero conservador, aos clérigos que eles consideravam fiéis à Santa Sé, como podemos observar na carta que [Cícero Barreto](#) escreveu a José Domingues de Almeida, reclamando da posição “bastarda” de certos maçons de estarem “próximos ao jesuitismo, que avassala o ensino e não é patriota”, referindo que é uma “invasão malfadada através do ensino religioso” (Loja Luz e Trabalho, 1909, p. 75-34).



ATENÇÃO: Cícero Jacyntho Barreto, com outros professores, fazia parte do corpo docente do Colégio Elementar Olavo Bilac.

Na maçonaria, a batalha contra a Igreja não arrefecia. Um exemplo é o texto escrito pela professora [Margarida Lopes](#) criticando o ensino religioso nas escolas. Em reconhecimento ao seu trabalho realizado em prol do ensino público, em 1912, a Loja Maçônica Luz e Trabalho de Santa Maria solicitou a concessão do título de benemerita à professora, em carta à Assembleia Geral do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS). A missiva justificava que o título era devido ao fato de Margarida Lopes ser “dotada de inteligência e elevada cultura”, considerada como uma pessoa que não se deixava levar pelos agentes do clero, negando-se a inscrever-se nas associações católicas e dedicada a “combater sem tréguas as conquistas do obscurantismo e do atraso” (Loja Luz e Trabalho, 1912, p. 78-11). Margarida Lopes

tinha trabalhado muito em favor da maçonaria santa-mariense tratando de temas referentes às causas da decadência do ensino público, a ação do Estado e o ensino religioso (Loja Luz e Trabalho, 1912, p. 78-12 e 1914, p. 78-12).



SAIBA MAIS: A professora Margarida Lopes nasceu em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, em 1874, onde se diplomou pela antiga Escola Normal. Ela foi membro da Ordem Maçônica Mista Internacional de Direitos Humanos, fundada em 1893, em Porto Alegre. Em 1901 foi transferida de Cachoeira para Santa Maria. Foi considerado membro honorário da maçonaria rio-grandense, no grau de Cavaleiro Rosa Cruz. Faleceu em 1949 (Silveira, 1985)

Esta posição do maçonismo foi publicizada na cidade através da Revista *Reacção*, um órgão de imprensa que se declarava anticlerical. Na sua primeira edição (*Reacção*, 1915, p. 5), os redatores da revista criticaram as escolas católicas onde consideravam que era ensinado “pouca ciência”, “minguados conhecimentos”, “ideias errôneas e absurdas, aleijando os cérebros dos pobrezinhos que lhes caem nas unhas” (*Reacção*, 1915, p. 9) (Figura 27).

Figura 27- Exemplar da Revista *Reacção*, Santa Maria.



Fonte: Arquivo Casa de Memória “Edmundo Cardoso” (ACMEC), Santa Maria.

Nessa disputa pelo campo educacional, os agentes sociais que estavam no mesmo campo de interesses e na mesma posição denotavam os dogmatismos do conflito. Assim, em meados de julho daquele mesmo ano, o presidente do Conselho Escolar do Município de Santa Maria, o maçom Demetrio Niederauer, empenhava-se em fazer “desaparecer a superstição de que para se educar as crianças, só recorrendo ao colégio dos padres”. O que considerava um engano injustificável devido à existência de colégios públicos, os quais coadunavam com os princípios da República (*Reacção*, 1915, p. 6).

No entanto, alguns professores de escolas públicas de Santa Maria consultaram o presidente do Conselho Escolar do Município sobre a possibilidade de ministrarem aulas de ensino religioso e a resposta, à época, foi negativa. Segundo a revista *Reação* (1915, p. 10), aquelas professoras foram influenciadas pelo vigário católico Caetano *Pagliuca*, “hábil dominador”.

A situação era tensa e tendenciosa. Do lado católico, o resultado do Concílio Plenário Latino-Americano, ocorrido no Colégio Anchieta, em 1915, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, deu o tom à questão. Naquele evento, os pais foram, novamente, advertidos para não confiarem seus filhos “a mestres imorais e ímpios, a colégios anticatólicos ou sem religião”, seria considerado pecado grave porque tais pais se tornariam, por este procedimento, “cúmplices da corrupção de seus filhos e responsáveis diante de Deus por todos os males que advirão mais tarde aos mesmos e à sociedade” (Pastoral Coletiva, 1915, p. 14). Ficariam sujeitos à excomunhão àqueles que se filiassem à seita maçônica ou carbonária ou a outra do mesmo gênero que, aberta ou clandestinamente, maquinam contra a Igreja e os legítimos poderes, assim como os que prestam às mesmas qualquer favor, os que não denunciam os seus corifeus ou chefes ocultos, até que não tenham cumprido o dever da denúncia” (Pastoral Coletiva, 1915, p. 22).

Através desta declaração, a Igreja católica reclamava o direito dos bispos terem a liberdade de dirigir o ensino católico, pois “no exercício do seu ministério” não podiam ser impedidos de vigiar a doutrina a ser ensinada” (Pastoral Coletiva, 1915, p. 28).

Para que as escolas públicas não fossem privadas do espírito cristão, os bispos recomendavam que elas também fossem regidas por professores “de sentimentos religiosos” e ainda que “membros de associações religiosas” obtivessem o diploma de normalistas a fim de atuarem nas diversas escolas, confessionais ou não (Pastoral Coletiva, 1915, p. 33). Condenavam o Estado por se descuidar da religião, como se Deus não existisse: “tal indiferentismo civil é uma temeridade inaudita até entre os pagãos que tinham tão profundamente gravado no entendimento e no coração a crença na divindade e a necessidade de uma religião pública” (Pastoral Coletiva, 1915, p. 380).

Provavelmente, a Pastoral Coletiva, de 1915, teve repercussão entre os agenciadores maçons, pois a questão do ensino religioso foi um dos temas abordados no Congresso Nacional Maçônico, realizado no Rio de Janeiro, no mesmo ano, (Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, 1915, p. 18-33). Nele, foi apresentada uma “tese” pela professora Margarida Lopes (Figura 28), criticando o ensino católico e caracterizando-o como sendo fanático, além de ser considerado o principal responsável pela decadência moral da sociedade (LOPES, [191-]). Na sua exposição, ela sentenciou que as ordens religiosas abusavam da ascensão social que exerciam “prejudicando e perturbando a integridade da família, principalmente por meio da educação feminina”. Advertia que as escolas dirigidas por religiosos “deveriam ser classificadas como estabelecimentos político-religiosos comerciais, não colégios”, porque os “seus proprietários trabalham para um fim político”. Enfatizou que o ensino não estava em decadência, mas faltava-lhe firmeza e orientação e o único remédio era “combater os princípios destas seitas”.

Figura 28- Professora Margarida Lopes



Fonte: Arquivo Casa de Memória “Edmundo Cardoso” (ACMEC), Santa Maria.

Na verdade, tal texto é um discurso de advertência aos maçons do perigo em que, segundo a autora, encontrava-se o ensino no país, especialmente no Rio Grande do Sul, porque estava, predominantemente, nas mãos das “deformadas” ordens religiosas católicas que “enfraqueciam os laços da sociedade, desacreditavam o caráter nacional e combatiam as ideias republicanas”. Criticava ainda a excessiva liberdade religiosa que o Estado havia concedido ao clero, já que ele foi considerado pela autora como “hipócrita porque ocultava o seu desprezo pelo Estado, a quem odiava por ter abolido o direito divino”. Falou ainda do pseudo-patriotismo do clero e da “incompetência das freiras e padres para ministrar lições para a formação de um caráter”, pois considerava que eles estimulavam “os filhos à leviandade e à desobediência aos pais”, sendo desfavoráveis ao sistema de internato devido à pouca higiene e à “vida vegetativa” a que submetiam os alunos.

As advertências, tanto da parte de agenciadores maçons quanto de católicos, denotam a constante luta por espaços de ação na sociedade.

A preocupação do clero católico santa-mariense com a difusão do ensino e da religião metodista na cidade ficou evidenciada, novamente, no *Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria*, quando os eclesiásticos advertiram aos pais a não matricularem seus filhos nas escolas protestantes, mesmo que fosse de forma gratuita. Aos que permitissem que seus filhos estudassem em escolas acatólicas incorreriam “na excomunhão” (PIMENTA, 1921, p. 65). À época dessa publicação, estava na iminência de ser inaugurada a escola metodista “Centenário” (figura 29). Os bispos consideravam os professores metodistas como sendo “mestres hereges, ímpios, escandalosos ou infames”, justificando que eles procuravam “implantar a heresia protestante no território brasileiro”.

Figura 29- Colégio Metodista Centenário (1922), localizado à Rua Dr. Turi em Santa Maria/RS



Fonte: Arquivo fotográfico da Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria/RS

Esta posição preconceituosa foi registrada pela maçonaria, como atesta a carta dirigida ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS), advertindo que o bispo de Santa Maria, Dom Ático Eusébio da Rocha (1923-1929), havia enviado uma circular declarando que incorreriam em pena de excomunhão todos os pais que colocassem seus filhos em escolas que não fossem dirigidas por religiosos católicos. Na missiva, os maçons declaravam que os representantes do catolicismo procuravam “impor-se pela astúcia e pela hipocrisia” (Loja Luz e Trabalho, 1927, p. 78-71). Em resposta à atitude do bispo, o secretário da Loja Luz e Trabalho, Rodolpho Ângelo, escreve ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS) propondo a criação de colégios patrocinados pela Ordem, respondendo às perguntas sobre o combate aos colégios religiosos e até mesmo à questão entre os velhos maçons, pedindo que fossem solidários em matricular seus filhos nesses colégios (Loja Luz e Trabalho, 1927)

Nos documentos que tivemos acesso, não há referência de uma escola maçônica em Santa Maria. O que acontecia era que professores membros da maçonaria se tornavam diretores de escolas públicas, como é o caso da professora Margarida Lopes, ou tinham escolas particulares, como é o caso do “Gymnasio Ítalo-brasileiro”, com internato e externato que seguia um programa de ensino livre (Loja Luz e Trabalho, 1927).

Se, no final do século XIX, o anticlericalismo maçônico prosperou e cooptou os principais segmentos da intelectualidade e dos políticos sul-rio-grandenses e, através da instrução pública, encaixou-se no espírito filantrópico, no século XX a Igreja católica conquista espaços importantes no campo educacional e cria uma rede de escolas tendo como clientela parte da elite gaúcha e também da classe operária.

Na década de 1930, não havendo mais o monopólio das crenças, o campo educacional foi um dos espaços de luta destinado a transformar o Estado através do domínio do conhecimento. A crença que conseguisse se sobrepor ou monopolizar

esse capital específico possuiria o fundamento do poder ou da autoridade. Nesse campo, os atores sociais das diferentes crenças tinham em comum certos interesses que lhes eram fundamentais. Aqueles antagonistas apostavam na educação, *capital cultural*, e na *catequese*, *capital de bens de salvação*. Esses bens acumulados, que se produziam na escola, na família, no templo e na sociedade, precisavam ser distribuídos para que a população se mantivesse católica ou laica.

A Igreja católica procurou suplantar seus opositores que se posicionavam como perspicazes articuladores da palavra escrita. De outro lado, no jogo de interesses, não menos perspicazes foram as atitudes dos bispos e sacerdotes católicos, que não deixaram a desejar quando atuaram não somente na educação, mas também quando, por extensão, catequizavam as famílias e investiram na formação de sacerdotes, através dos Seminários católicos.

Nesse embate pela *conquista de almas* as escolas funcionaram como agências reguladoras do pensamento e das ações. A maçonaria, mais interessada na secularização, contava com intelectuais e reforçava-se, no Rio Grande do Sul, com novos membros procedentes de outras localidades e regiões que chegavam à cidade.

À implantação da República, momento de crise política, era necessária uma ação da Igreja capaz de capacitar o clero às mudanças estruturais. Esta ação partiu de Roma, *corpo dominante*, a qual incumbiu os clérigos de revalidar o seu poder no Estado sul-rio-grandense através do ensino. Afinal, o sistema de ensino, conforme observa Foucault (1996), se constitui de um corpo doutrinário, que se apropriava de um discurso, de uma verdade ideal, que neste caso deveria estar sujeito às crenças.

ATIVIDADES - UNIDADE 2

Após a leitura dos **textos**, responda as questões a seguir:



ATENÇÃO:

- CERVEIRA, Sandro Amadeu. Protestantismo Tupiniquim, Modernidade e Democracia:

limites e tensões da(s) identidade(s) evangélica(s) no Brasil contemporâneo. Revista de Estudos da Religião, mar. 2008, p. 27-53

Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rvi_2008/t_cerveira.pdf

-SIUDA-AMBROZIAK, Renata. A religião e política no Brasil contemporâneo – o caso das eleições presidenciais de 2010. Revista del Cesla, n. 17, 2014, p. 101-115.

Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2433/243333483006.pdf>

- MAINWARING, Scott. A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 82-138.

Disponível em: <http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/7.3.Mainwaring%2C%20Scott%20-%20Igreja%20catolica%20e%20politica%20no%20Brasil%20-%20Pag.%2082-138.pdf>

1- A influência das instituições não é politicamente neutra. Em geral se pergunta a quem ela está beneficiando, que grupos sociais está influenciando. A influência da Igreja é tanto uma questão de que grupos ela escolhe (conscientemente ou não) para favorecer, como quanta influência exerce.

- Como podemos entender o interesse das igrejas na política?

- Você conhece algum prefeito, vereador, deputado ou senador que seja representante de algum segmento religioso? Em caso afirmativo cite dois e algumas informações sobre eles. Caso não conheça, pesquise e informe sobre eles.

2- Influência e interesses são definidos subjetivamente e politicamente. Interesse reflete diferentes pontos de vista que distribuem benefícios materiais e simbólicos desigualmente a diferentes grupos e classes.

- Pode-se afirmar que os objetivos e interesses das religiões dependem somente de como os líderes veem sua missão?

- Não há interesses objetivos que uma Igreja, religião ou seita seja compelida a procurar?

3- O texto da Unidade 2 acima denota o quanto o campo educacional foi disputado por diferentes crenças, desde o final do século XIX e adentrando o século XX. Após refletir [comente o texto](#).



INTERATIVIDADE: Vídeos recomendados:

Religião na educação na visão antropológica <https://www.youtube.com/watch?v=EA2821FNRA>

Fé na Educação Saiba mais sobre o ensino religioso nas escolas públicas <https://www.youtube.com/watch?v=IImQeKkJPYQ>

Liberdade religiosa & Estado laico
<https://www.youtube.com/watch?v=N1UHqk16sZU>

4- A figura abaixo (Figura 30) ilustra o direito de manifestar a fé, mas incluir a disciplina na grade escolar pode causar momentos embaraçosos. Quais as mudanças que você poderia identificar sobre a relação entre religião e educação, tanto no campo educacional como no campo religioso, na atualidade? É possível conciliar a laicidade do Estado e o Ensino Religioso nas escolas?

Figura 30- Ilustração crítica sobre o ensino religioso na escola.



Fonte: SALLA, Fernanda. Ensino Religioso e escola pública: uma relação delicada. Nova Escola. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/74/ensino-religioso-e-escola-publica-uma-relacao-delicada>>

CONCLUSÃO

O papel da religião na modernidade deixou de se tornar assunto da esfera privada ou das instituições religiosas. Ao contrário, a forte presença da religião no espaço público, seu vínculo com a esfera política e a pluralização do campo religioso tem sido objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, como da sociologia, antropologia, filosofia, história, geografia crítica.

Hoje em dia, a ‘luta religiosa’ refere-se quase sempre a ocorrências bastante externas, a processos ao ar livre que acontecem em praça pública – choques em vielas, audiências em tribunais superiores. Iugoslávia, Argélia, Índia e Irlanda. Políticas de imigração, problemas das minorias, currículos escolares, observância do sabá, xales para cobrir a cabeça e debates sobre o aborto. (...) Não há nisso nada de particularmente privado – encoberto, talvez, ou sub-reptício, mas dificilmente privado (GEERTZ, 2001, p. 151).

Assim, na primeira Unidade *Religião e História*, buscamos esclarecer sobre as distintas abordagens da religião, centrando-nos na ótica da História laica, da história cultural e da história religiosa. Essa é uma diferenciação importante, pois diz muito de quem fala e de onde fala.

Logo, trouxemos alguns elementos para refletirmos sobre a realidade brasileira, bem como sobre nossas vivências e daqueles com os quais vivemos, a fim de compreendermos que o campo das crenças é um conjunto complexo de saberes, onde a moral, os ritos, os símbolos, os costumes, os hábitos adquiridos pelos membros do grupo social a que pertencem definem e redefinem.

Como o campo religioso pode ser melhor entendido se conhecermos a História das religiões, neste caso, buscamos no contexto histórico brasileiro elementos que remetem à compreensão do significado dessa pluralidade religiosa, a partir da herança das diferentes denominações, consequência do fim do monopólio religioso (quando uma única religião dominava todas as esferas da vida social).

Como as relações humanas são também políticas, é fundamental perceber o quanto a política faz parte da construção do campo religioso, o qual é construído por diferentes agentes sociais que agem de acordo com seus interesses, sejam eles religiosos, pessoais ou políticos. Portanto, é desafiador compreender os discursos religiosos sem dissociá-los do investimento no campo educacional, o qual também não está dissociado dos interesses políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Da história religiosa à história cultural do sagrado. **Ciências da Religião – História e Sociedade**, v. 5, n. 5, p. 34-49, 2007.

AZZI, Riolando. **O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **A Igreja do Brasil, da apologética à renovação pastoral**. Belo Horizonte: O Lutador, 1991.

_____. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, v. 5, 1994.

_____. **O altar unido ao trono: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulinas, 1991.

_____. O início da Restauração católica no Brasil (1920-1930). **Síntese**, v. 4, n. 10, p. 61-89, 1977.

BAKHTIN, Mikail. **Questões de Literatura e Estética: a Teoria do Romance**. São Paulo: Annablume, 2002.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria (1797-1933)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **O Brasil Republicano: Economia e cultura (1930-1964)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, Tomo III, v. 4, n. 11. (História Geral da Civilização Brasileira)

BLOCH, March. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORIN, Marta Rosa. Apresentação. In: BORIN, Marta Rosa (Org.) **Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul: as religiões protestantes: história, fontes e metodologia da pesquisa**. São Paulo: ANPUH, 2017. (Coleção Memória & Cultura NEMEC/PPGH)

BORIN, Marta Rosa; JOSÉ, Vivian Alkaim Salomão. **Educação patrimonial: ações educativas**. Tubarão: Copiart, 2016.

BORIN, Marta Rosa. A disputa entre agenciadores católicos, protestantes e maçons pelo campo educacional santa-mariense após a implantação da República. In: RIBEIRO, José Iran. **Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Santa Maria: Pallotti, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série legislação; n. 159)

BRUNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 1974.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERVEIRA, Sandro Amadeu. Protestantismo Tupiniquim, Modernidade e Democracia: limites e tensões da(s) identidade(s) evangélica(s) no Brasil contemporâneo. **Revista de Estudos da Religião**, p. 27-53, mar. 2008.

CHECHINATO, Luiz. **Os 20 séculos da caminhada da Igreja**: principais acontecimentos da cristandade, desde os tempos de Jesus até João Paulo II. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

COLUCCI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha no século XIX**. Passo Fundo: Editora UPE, 1998.

COSTA BEBER, Cirilo. **Santa Maria 200 Anos**: História da Economia do Município. Santa Maria: Pallotti, 1998.

DAISSON, Augusto (Org.). **Revista do Centenário de Santa Maria**. Santa Maria: Globo, 1914.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem**. A doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: UNESP, 1996.

DIENSTBACH, Carlos. **A maçonaria gaúcha**. Londrina: A Trolha, 1993. (Volume 3)

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião**, p. 45-70, set. 2009.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Sinodal/ EST/ EDUCS, 1984. _____. Protestantismo na América Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). 500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional. Porto Alegre: EST/ CEHILA, 2002.

_____. **A Igreja Latino-Americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, vol. 4, 1999.

_____. **Protestantismos na América Meridional**. Disponível em: <www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/11/M9.doc>. Acesso em: 15 abr. 2015.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris (Org.)

O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930). Conclusão. Livro Terceiro: Cultura, Igreja, Ideologia e Diplomacia. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Tomo III, v.2. n. 9. (História Geral da Civilização Brasileira).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga. São Paulo: Loyola, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **Uma nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001

HONOR, André Cabral. Burke e a História Cultural. **Revista Eletrônica de História**, Paraíba, ano 1 - n. zero, out. 2005.

ISAIA, Arthur César. Intolerância e preconceito na obra dos intelectuais da Umbanda. In: MANOEL, Ivan A.; ANDRADE, Solange Ramos de. (Orgs.). **Tolerância e intolerância nas manifestações religiosas**. Franca: UNESP/ FHDSS, 2010. p. 71- 88.

KARNAL, Leandro. Catolicismo na América Latina: período da conquista e da colonização. In: SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira. **Campos Religião e sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p. 17-32.

KREUTZ, Lúcio. Modelo de uma Igreja Imigrante: educação e escola. In: DREHER, Martin. **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998.

KRISCHKE, Pulo José. **A igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1979.

LONDOÑO, Fernando. Ciberteologia, **Revista de Teologia e Cultura**, Ano X, n. 47, 2013.

LUMIER, Jacob. **Laicidade e dialética**: dois artigos saint-simonianos para a sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: WebSite Produção Leituras do Século XX – PLSV, 2007.

MAINWARING, Scott. **A Igreja católica e a política no Brasil** (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 82-138.

MANOEL, Ivan. História, religião e religiosidade. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano I, n. 1, p. 1-16, Dossiê Identidades Religiosas e História.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**: de Lutero a nossos dias. O período da reforma. São Paulo: Loyola, 1997.

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1972.

ORO, Ari. (org.). **As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. **O batuque no Rio Grande do Sul**: antropologia de uma religião afro-rio-grandense. São Luís: Cultura e Arte, 2006.

_____. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. **Revista Estudos Afro-asiáticos**, Ano 24, n. 2, p. 345-384, 2002.

PEREZ, Carlos Blaya. **A fotografia na narrativa histórica**: o resgate da história da Cooperativa de Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. 1998. Campinas, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Campinas, SP, 1998.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz Muniz de; CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja Católica: 1945-1970. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **O Brasil Republicano**: Economia e cultura (1930-1964). Livro Segundo, c. VII: Igreja, Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, Tomo III, v. 4, n. 11. (História Geral da civilização Brasileira).

PRADO, André Pires do; SILVA JÚNIOR, Alfredo Moreira da. História das religiões, história religiosa e ciência da religião em perspectiva: trajetórias, métodos e distinções. **Religare**, v. 11, n. 1, p. 4-31, mar. 2014.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 18, n. 52, 2004.

RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998.

_____. Blásio. Restauração católica no sul do Brasil. **História**: Questões & Debates, Curitiba, Editora UFPR, n. 36, p. 279-304, 2002.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. A religião e política no Brasil contemporâneo – o caso das eleições presidenciais de 2010. **Revista del Cesla**, n. 17, p. 101-115, 2014.

SÁ, Eliane Garcindo de. História religiosa: representações e práticas culturais. In: BUARQUE, Virgínia A. Castro (Org.) **História da Historiografia religiosa**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012. p. 183-189.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, maio/ago. 2002.

SILVEIRA, Ana Paula Lima. Batuque de mulheres. **Aprontando tamboreiras de nação nas terreiras de Pelotas e Rio Grande**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, José Luiz. **Revelações históricas da maçonaria**. Santa Maria: [s. n.], 1985.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

“Actividade da Curia romana”. O Testemunho, Porto Alegre, 1º/12/1904, ano I, nº. 23 pág. 89, Arquivo John Wesley, Instituto Porto-Alegrense (IPA), Porto Alegre.

“Pio X e sua Encyclica de 15 de abril P. P.” O Testemunho, Porto Alegre, 1º/09/1905, ano II, nº. 17, pág. 77-78, Arquivo John Wesley, Instituto Porto-Alegrense (IPA), Porto Alegre.

Vollmer, João. “Nós e a ‘União’”, O Testemunho, Porto Alegre, 15/08/1904, ano I, nº. 16, pág. 1, Arquivo John Wesley, Instituto Porto-Alegrense (IPA), Porto Alegre.

Vollmer, João. “Nós e a ‘União’”, O Testemunho, Porto Alegre, 15/08/1904, ano I, nº. 16, pág. 1, Arquivo John Wesley, Instituto Porto-Alegrense (IPA), Porto Alegre.

“Instrução Publica Primária”. O Testemunho, Porto Alegre, 15/03/1905, ano II, nº. 6, pág. 20, Arquivo John Wesley, Instituto Porto-Alegrense (IPA), Porto Alegre.

“O Verdadeiro Perigo”. O Testemunho, Porto Alegre, 15/08/1905, ano II, nº. 16, pág. 73, Arquivo John Wesley, Instituto Porto-Alegrense (IPA), Porto Alegre.

“O Verdadeiro Perigo”. O Testemunho, Porto Alegre, 15/08/1905, ano II, nº. 16, pág. 73, Arquivo John Wesley, Instituto Porto-Alegrense (IPA), Porto Alegre.

Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, nº. folha 78-04, 07/08/1908, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins.

Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, nº. folha 78-05, 13/11/1908, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins.

Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, nº. folha 78-07, 11/06/1909, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins

Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, nº. folha 75-34 A, 12/05/1909, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV) Silveira Martins. Cícero Jacyntho Barreto, juntamente com outros professores, fazia parte do corpo docente do Colégio Elementar Olavo Bilac.

Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, nº. folha 78-11, 27/03/1912, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins.

Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, folha 78-12, 16/06/1912, e folha 78-26, 17/06/1914, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins.

“A Escola e o livro”. Reacção. Santa Maria, 01/05/1915, ano I, nº. 1, p. 5, Arquivo Casa de Memória “Edmundo Cardoso” (ACMEC), Santa Maria.

“Livros Recomendados”. Reacção. Santa Maria, 01/05/1915, ano I, nº. 1, pág. 9, Arquivo Casa de Memória “Edmundo Cardoso” (ACMEC), Santa Maria.

“A instrução dos pequenos”. Reacção. Santa Maria, 16/07/1915, ano I, nº. 6, pág. 10, Arquivo Casa de Memória “Edmundo Cardoso” (ACMEC), Santa Maria.

“A instrução religiosa e as aulas públicas”. Reacção. Santa Maria, 16/09/1915, ano I, nº. 10, pág. 9. e “A instrução religiosa e as aulas públicas”. Reacção. Santa Maria, 11/01/1915, ano I, nº. 11, pág. 1, Arquivo Casa de Memória “Edmundo Cardoso” (ACMEC), Santa Maria.

“Perigos contra a fé”, Título I: Fé, Capítulo V, Verbetes 59 e 60. In: Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre comunicando ao clero e aos fiéis o resultado das Conferências Episcopais na cidade de Nova Friburgo de 12 a 17 de janeiro de 1915. Rio de Janeiro: Martins de Araújo, 1915, pág. 14, Arquivo Museu Sacro de Santa Maria (AMS), Santa Maria.

“Principais erros modernos”, Título I: Fé, Capítulo VI, Verbetes 90. In: Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre comunicando ao clero e aos fiéis o resultado das Conferências Episcopais na cidade de Nova Friburgo de 12 a 17 de janeiro de 1915. Rio de Janeiro: Martins de Araújo, 1915, pág. 22, Arquivo Museu Sacro de Santa Maria (AMS), Santa Maria.

“Escolas catholicas”, Título I: Fé, Capítulo VIII, Verbetes 113 e 114”. In: Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre comunicando ao clero e aos fiéis o resultado das Conferências Episcopais na cidade de Nova Friburgo de 12 a 17 de janeiro de 1915. Rio de Janeiro: Martins de Araújo, 1915, pág. 28, Arquivo Museu Sacro de Santa Maria (AMS), Santa Maria.

“Escolas catholicas”, Título I: Fé, Capítulo VIII, Verbetes 132. In: Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre comunicando ao clero e aos fiéis o resultado das Conferências Episcopais na cidade de Nova Friburgo de 12 a 17 de janeiro de 1915. Rio de Janeiro: Martins de Araújo, 1915, pág. 33, Arquivo Museu Sacro de Santa Maria (AMS), Santa Maria.

“Escolas e colégios em geral”, Título V: Costumes do povo, Capítulo IV, Verbetes 1515 e 1516. In: Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Cuiabá e Porto Alegre comunicando ao clero e aos fiéis o resultado das Conferências Episcopais na cidade de Nova Friburgo de 12 a 17 de janeiro de 1915. Rio de Janeiro: Martins

de Araújo, 1915, pág. 380, Arquivo Museu Sacro de Santa Maria (AMS), Santa Maria.

Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, nº. folha 78-43, 1915, pág. 18-33, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins.

LOPES, Margarida, documento datilografado, 35 páginas, sem título, [191-], Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins.

PIMENTA, Dom Silvério Gomes. “Pastoral Dom Silvério Gomes Pimenta. Arcebispo de Mariana sobre o perigo dos collegios acatholicos”. Boletim Mensal da Diocese de Santa Maria, ano IX, nº. 3-5, mai. 1921, pág. 65. Arquivo Museu Sacro de Santa Maria (AMS), Santa Maria.

Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, nº. folha 78-71, 30/04/1927, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins.

Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, nº. folha 78-72, 05/04/1927, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins.

Loja Fraternidade, Pelotas, nº. folha 45-56, 10/03/1927, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins.

Loja Luz e Trabalho, Santa Maria, nº. folha 78-115, sem data, Arquivo Luiz Eugênio Vécio (ALEV), Silveira Martins.

APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES RESPONSÁVEIS PELA ORGANIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Marta Rosa Borin, Doutora em História pela UNISINOS e Pós-doutora pela UFPI. Professora do Departamento de Metodologia do Ensino, Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Professora do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado), do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural – Mestrado Profissional, do Mestrado Profissional em História- ProfHistória/UFRRJ, Universidade Federal de Santa Maria. Membro dos Grupos de Pesquisa: História Platina: sociedade, poder e instituições, UFSM/CNPq/Brasil; Grupo de Pesquisa História: Religiosidade e Cultura, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC/CNPq/Brasil; Grupo de Pesquisa Memória, Ensino e Patrimônio Cultural, do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/PPGH), Universidade de Passo Fundo, UPF/CNPq/; Grupo de Trabalho História das Religiões e Religiosidades, Seção Rio Grande do Sul, Associação Nacional de História (GTHRR/RS/ANPUH/Brasil); Grupo de Estudos sobre Religión y Evangelización (GERE), da Universidade de Buenos Aires (UBA); Rede de História do Brasil e Portugal (Red-HBP), Universidade de Buenos Aires (UBA)